

Quadro Negro



Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXXVIII - Nº 199 - Agosto/2017

www.sinprodf.org.br

2017-1917

100
ANOS

DE **LUTA** E
RESISTÊNCIA

GREVE

Expediente

Sinpro(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207

Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.

Telefax: 3562-4856 e 3562-2780

Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefax: 3556-9105

Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.

Telefax: 3388-5144

Síte: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares,

Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)

Editor: Luis Ricardo Machado

Jornalistas: André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo

Machado e Tomaz de Alvarenga

Revisão: José Antônio de Oliveira

Diagramação: Samuel de Paula

Capa: Eduardo G. Antero

Fotos: Deva Garcia, Marcelo Borges e José Paulo de Oliveira (ECOM)

Impressão: Palavra Comunicação

Tiragem: 40.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução,

desde que citada a fonte.

Secretaria de Administração e Patrimônio

Carlos Cirane Nascimento – Coordenador

Carlos de Souza Maciel

Nilza Cristina G. dos Santos

Secretaria de Assuntos dos Aposentados

Silvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora

Marilange da Silva Vianna

Delzair Amancio da Silva

Secretaria de Assuntos Culturais

Thaís Romanelli Leite – Coordenadora

Eliceuda Silva de França

Ticho Lavenere

Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas

e Socioeconômicos

Dimas da Rocha Santos – Coordenador

Cássio de Oliveira Campos (*In Memoriam*)

Ilson Veloso Bernardo

Francisco de Assis S. Lima

Secretaria de Assuntos e Políticas para

Mulheres Educadoras

Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora

Maria Goretti Oliveira Cunha

Ruth Oliveira Tavares Brochado

Secretaria de Finanças

Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora

Polyelton de Oliveira Lima

Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

Secretaria de Formação Sindical

Luciana Custódio de Castro – Coordenadora

Jairo Mendonça

Magnete Barbosa Guimarães (Meg)

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Cláudio Antunes Correia – Coordenador

Cleber Ribeiro Soares

Samuel Fernandes da Silva

Secretaria de Raça e Sexualidade

Elbia Pires de Almeida – Coordenadora

Letícia Vieira Montandon

Jucimeire Barbosa da Silva

Secretaria de Saúde do Trabalhador

Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador

Gilza Lúcia Camilo Ricardo

Alberto de Oliveira Ribeiro

Secretaria de Organização e Informática

Julio Barros – Coordenador

Luciano Matos de Souza

Solange Buosi

Secretaria de Política Educacional

Berenice Darc Jacinto – Coordenadora

Anderson de Oliveira Correa

Regina Célia T. Pinheiro

Secretaria de Políticas Sociais

Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador

Hamilton da Silva Caiana

Yuri Soares Franco

CONSELHO FISCAL

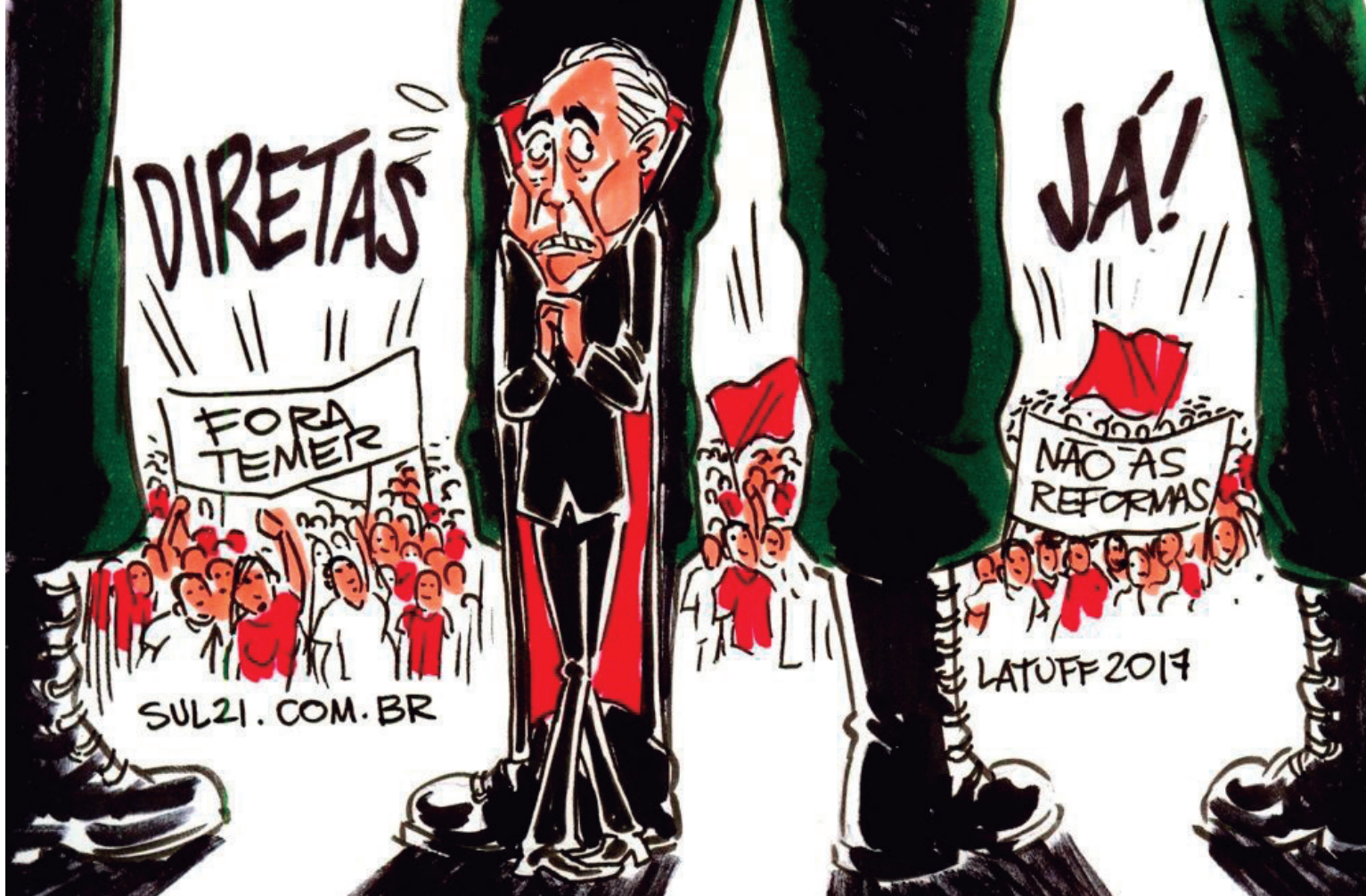
Enóquio Sousa Rocha

Jailson Pereira Sousa

Joana Darc Ferreira Soares

Joana Brito M. Rodrigues

Misael dos Santos Barret



RETROCESSO SE COMBATE COM LUTA E RESISTÊNCIA

O ano de 2017 entra para a história do Brasil como um ano de intensos ataques aos direitos da classe trabalhadora, mas também de muita luta. Desde os primeiros dias de seu governo ilegítimo, em agosto de 2016, Michel Temer deu início a uma agenda de reformas e projetos de lei que arrancavam conquistas históricas dos(as) trabalhadores(as), deixando evidente o verdadeiro preço do golpe praticado contra a democracia brasileira e contra os brasileiros.

No momento que retiraram do poder uma presidenta eleita legitimamente pelo voto popular, os parlamentares envolvidos neste processo de ruptura democrática passaram a cumprir uma agenda totalmente patronal, onde o preço do golpe é pago até hoje. Porém, a conta está sendo cobrada de cada trabalhador, que vem perdendo direitos a cada movimento do Congresso Nacional. A Lei da Terceirização (Lei nº 13.429), a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência são alguns dos projetos que pulverizam conquistas alcançadas após muito sangue e suor da classe trabalhadora, fato que vai retroce-

der as relações de trabalho no Brasil em uns 100 anos.

Em 1917, o movimento operário no Brasil deu a primeira demonstração de força e unidade, paralisando indústrias e comércios em todo o território brasileiro, na primeira Greve Geral realizada no país. Além de questões relacionadas ao ambiente fabril, o movimento também pautava assuntos como o controle de preços de alimentos e de aluguéis. Passados cem anos deste marco histórico, a classe trabalhadora volta às ruas contra toda esta agenda de retrocessos.

Manifestações, atos, passeatas, protestos e atividades realizadas pelos trabalhadores e por sindicatos espalhados por todos os estados e municípios brasileiros têm mostrado que não permitiremos que a CLT seja rasgada, o direito a uma aposentadoria seja desrespeitado e as conquistas dos trabalhadores sejam jogadas no lixo. E o avanço nas discussões da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com outras centrais sindicais culminou em várias manifestações, que iniciaram com a Greve Geral

Nacional da Educação (março de 2017), na Greve Geral de 2017 (28 de abril), no Ocupa Brasília (24 de maio) e na segunda Greve Geral (30 de junho).

E os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais têm um papel importante neste momento histórico. Com uma agenda de luta e resistência aberta pela categoria – Greve Geral Nacional da Educação –, protagonizamos uma greve nos quatro cantos do país, movimento que perdurou em vários estados durante semanas e fez com que o governo federal recuasse em algumas destas pautas, exemplo da Reforma da Previdência.

Lutamos, mostramos aos golpistas que o Brasil é do povo brasileiro e que em direitos não se mexe, mas está na hora de reivindicarmos o maior de nossos direitos: a escolha de nosso governante. Após o golpe contra a democracia e a instauração de processos judiciais para interromper o mandato da presidenta Dilma Rousseff, programas neoliberais liderados por Temer têm entregado as riquezas e o patrimônio público do país ao capital internacional. Diante deste

cenário, é preciso dar ao povo o direito de retomar a condução do país por meio do voto.

Apesar de toda luta e garra empenhado até o momento, precisaremos manter a luta, pois o segundo semestre será de desafio para a classe trabalhadora, que enfrentará um governo que perdeu totalmente o pudor com relação às suas práticas neoliberais, corruptas e que tem materializado todo o fruto do golpe na aprovação de leis que visam única e exclusivamente massacrar não só professores(as) e orientadores(as), mas todos os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as).

A história tem mostrado que a garra e o sentimento de união da classe trabalhadora são capazes de derrubar barreiras e promover as mudanças que precisamos. Neste momento em que as conquistas, tão duramente obtidas ao longo destes anos, são pulverizadas por um governo que vira as costas ao trabalhador e para a lei, somente a luta e a resistência de todos e todas serão capazes de barrar esta agenda de retrocessos que presenciamos a cada dia.

DIA NACIONAL DE GREVE: LUTA INCESSANTE PARA BARRAR OS RETROCESSOS

INTENSIFICAR AÇÕES EM DEFESA DOS DIREITOS E CONTRA O DESMONTE DO ESTADO SÃO PALAVRAS-CHAVE DIANTE DO ATUAL CENÁRIO

Se no passado, há cem anos, os trabalhadores realizaram a primeira greve geral do Brasil, a história tem mostrado que a luta é permanente à classe operária quando os assuntos são a retirada de direitos e o avanço nas conquistas.

Em 2017, a mais ampla e profunda tentativa de retirada dos direitos dos trabalhadores, por meio das contrarreformas trabalhista e da Previdência, resultou na ação unitária da CUT em conjunto com demais centrais sindicais - tendo como resultado grandes mobilizações em todos os cantos do país. Assim foi nos dias 8 e 15 de março, na Greve Geral de 28 de abril, no Ocupa Brasília em 24 de maio e, mais recentemente, no Dia Nacional de Greve em 30 de junho.

Além da luta contra as reformas, as mobilizações ganharam o 'Fora Temer' como ingrediente importante ao lado da bandeira por "Diretas Já".

Para o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, "a mobilização dos trabalhadores definirá o rumo do país, se Temer fica e se, caindo, teremos escolha democrática com participação do povo. O clima nas bases é de transformar o segundo semestre num período de resistência, porque o sistema político está tentando operar com ou sem Temer e, por isso, temos de fazer luta pelo Fora Temer, contra as reformas e por Diretas Já - que nos permitirão não só resistir às reformas, mas também colocarmos o Brasil nos trilhos", afirma.

"Somente a escolha de um novo presidente através do voto popular reconciliará o Brasil com a democracia. Mas é preciso que seja um governo legítimo, que preserve a soberania nacional e, principalmente, não penalize a população cortando direitos", defende Rodrigo Britto, presidente da CUT Brasília.

"Sabemos que se as reformas dos golpistas avançarem, a sociedade brasileira, os que ainda irão se aposentar e os mais jovens que nem entraram no mercado de trabalho sofrerão com os retrocessos deste nosso momento", afirma.

Vagner Freitas reforça que "pressão e vigília" são fundamentais. "A mobilização das ruas e os protestos em Brasília serão decisivos na luta contra essas reformas, que só retiram direitos", observa o dirigente, lembrando a série de manifestações realizadas como responsáveis por fragilizar a base do governo no Congresso.

Defesa da Educação - Parte da agenda de mobilização do Dia Nacional de Greve, em 30 de junho, os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais realizaram um Ato em Defesa da Educação, na Praça do Relógio, em Taguatinga. O objetivo foi dialogar com a sociedade e mostrar os perigos que os projetos do governo ilegítimo - que retiram e atacam direitos da classe trabalhadora - trazem para setores essenciais, inclusive a Educação e seus servidores.

Fundamentalmente, os financiadores do golpe insistem em cobrar sua fatura e, mesmo em meio a tanta resistência popular, Temer e seus aliados no Congresso Nacional se empenham na continuidade do desmonte do Estado de Direito.

"É diante deste cenário que todos nós devemos intensificar ações em defesa dos direitos, contra o desmonte do Estado e no combate ao retrocesso. A mobilização deve ser cotidiana, conscientizando toda a classe trabalhadora sobre a importância da unidade, pressionando os parlamentares para que votem contra estes retrocessos e participando das mobilizações que certamente virão", afirma a coordenadora de Finanças do Sinpro, Rosilene Corrêa.



Nesta edição do Quadro Negro o Sinpro traz uma inovação. Com o objetivo de oferecer mais informações à categoria, o jornal disponibilizará material complementar sobre alguns temas abordados por meio de QR Code. Para ter acesso ao conteúdo codificado, o professor deverá posicionar a câmera de seu telefone celular acima do código bidimensional. Em seguida o aplicativo acessará o link do vídeo, que poderá ser apreciado na sequência. Aqueles que não possuírem o aplicativo em seu celular deverão baixá-lo no Play Store ou na Apple Store de seu aparelho.





PRIMEIRA GREVE GERAL NO BRASIL COMPLETA CEM ANOS E DEIXA LEGADO

A MOBILIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA FOI UMA DAS MAIS ABRANGENTES E LONGAS DA NOSSA HISTÓRIA

A proibição do trabalho de menores de 14 anos foi consagrada no país em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), assim como o pagamento de 50% no caso de horas extras. Essas demandas, entretanto, já faziam parte das reivindicações do movimento operário no Brasil desde o início do século 20.

Essas foram algumas das bandeiras da primeira Greve Geral realizada no Brasil, que completou cem anos em julho. Além de questões relacionadas ao ambiente fabril, o movimento operário também pautava assuntos como o controle de preços de alimentos e dos alugueis.

Entre junho e julho de 1917, operários paralisaram indústrias e comércios em todo o país, durante 45 dias, como resultado de uma

grande manifestação política da classe trabalhadora.

Em tempos em que a questão social era tratada como assunto de polícia, um dos estopins da generalização da greve foi a morte do sapateiro espanhol José Ineguez Martinez, aos 21 anos, pelas forças de repressão. O enterro de Ineguez ocorreu no Cemitério do Araçá, zona oeste da capital paulista. No dia, milhares de operários atravessaram a cidade ao realizarem uma marcha de bairros da região leste até o local.

O historiador José Luís del Roio, do Centro de Documentação e Memória da UNESP, lembra que a greve de 1917 é considerada o momento em que o proletariado brasileiro nasce e se forma

como classe. “A partir de então vai se desenvolver a ideia de um sindicato moderno. Um grupo de 2 mil operários de uma fábrica muito grande, localizada na Mooca, na cidade de São Paulo, pediu aumento de salário. Mas pediu, sobretudo, redução da jornada de trabalho e proibição total do trabalho infantil e do trabalho feminino à noite. Quer dizer, era um bloco de reivindicações muito bem articuladas. A resposta dos patrões foi colocar a polícia atrás dos grevistas, como era normal. Só que a greve iniciada nesta fábrica específica pegou de uma maneira tal que se expandiu rapidamente para outras unidades fabris”, conta.

Para Renato Bastos, professor e pesquisador do Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Traba-

lho (CES), aquele foi um momento determinante em nossa história “e acredito que o movimento sindical brasileiro, hoje, precise celebrar esta data. Durante dias, a cidade de São Paulo ficou totalmente paralisada nas mãos dos trabalhadores. Se pensarmos em termos numéricos, naquele ano a cidade tinha aproximadamente 550 mil habitantes. E os números da época registram 100 mil trabalhadores parados”.

O professor acredita que, com esse mote do centenário, “a gente precise retomar, rever essa greve, tirar lições. Uma das coisas que podemos recuperar é o sentimento de que o trabalhador precisa defender os seus interesses - independentemente do governo que esteja no momento. Se o trabalhador defende

de maneira intransigente os seus interesses, as suas demandas, não olhando o governo de plantão, ele fica mais resguardado. E é óbvio que em um governo mais democrático e progressista, como era o governo Lula, ele, pressionado, vai atender mais às reivindicações dos trabalhadores do que um governo como, por exemplo, do ilegítimo Temer”.

De acordo com Bastos, trazendo para os dias atuais, a greve é isso: um instrumento muito efetivo para garantir direitos e avançar na conquista de outros. “Mas o seu principal saldo, sempre, é gerar consciência de classe”, enfatiza. “O trabalhador não consegue nada se não lutar. E a luta tem que ser áspera, dura, continuada, inteligente e articulada. Esse é o legado

de 1917, porque tudo o que foi feito depois, pelas classes dominantes, foi tentar esconder esta greve. Essa foi uma greve ‘maldita’ porque ela foi vitoriosa”, complementa José Luís del Roio.

PRESENTE

O papel das greves continuou marcando a história do Brasil. Luiz Ribeiro, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), cita, por exemplo, o papel do movimento sindical na redemocratização do país após a Ditadura Militar. “A greve é um dos principais instrumentos do trabalhador para se fazer ouvir e expressar suas reivindicações. Quando recuperamos a história de conquista de direito se percebe que, na origem – por exemplo, redução da jornada, garantir piso e salário mínimo – há um movimento grevista. Olhando os processos políticos, como a redemocratização, as greves tiveram um papel essencial”, afirma.



Movimento operário reivindicava o pagamento de 50% de horas extras, proibição do trabalho para menores de 14 anos e de trabalho feminino à noite. Demandas pautaram a primeira Greve Geral no Brasil, em 1917



José I. Martinez, o desventurado companheiro, membro do Grupo Jovens Incansáveis, assassinado durante a greve

Memorial

Nos 222 mil metros quadrados do Cemitério do Araçá, região central de São Paulo, um memorial foi inaugurado no dia 10 de julho em homenagem ao centenário da greve de 1917, marco da luta do movimento operário e sindical brasileiro. A lápide, localizada na quadra 132x do cemitério, ganhou o nome do operário José Iniguez Martinez, sepultado no local após confronto com as forças policiais de repressão que atacaram os grevistas que lutavam por melhores condições de trabalho, por dignidade e sobrevivência. A iniciativa desta ação é da CUT Nacional, em parceria com a Fundação Perseu Abramo e o Partido dos Trabalhadores.

Organizador da homenagem, o secretário de Cultura da CUT, José Celestino Lourenço, fez um recorte da história para lembrar como lideranças eram tratadas como caso de polícia. “Os trabalhadores lutavam por direitos e melhores condições num momento em que a repressão era intensa. Mas a greve de 1917 foi fundamental. E a nossa luta continua, 100 anos depois, para que não haja a retirada de nossos direitos”, disse, ao apontar para o atual cenário de golpe.

O presidente da Central, Vagner Freitas, afirmou que a inauguração do memorial reforça a atuação da CUT em defesa da memória. “Eu não sei se Martinez imaginou que elegeríamos anos depois um operário para a Presidência, considerado hoje uma das maiores referências do mundo. Mas isso tudo é também decorrência da luta dos trabalhadores. E neste momento de golpe, damos continuidade a esta luta que traz como marco os 100 anos da greve geral no Brasil”.



O POVO DEVE DECIDIR QUE RUMO O PAÍS DEVE TOMAR



Professor da rede pública do Distrito Federal e ex-diretor do Sinpro, Antônio Lisboa foi reconduzido para o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Em entrevista, o professor, secretário de Relações Internacionais da CUT e representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Antônio Lisboa mostra a preocupação com o futuro de um país constantemente atacado por um presidente ilegítimo e denunciado por corrupção. Reconduzido a um conselho que tem como meta promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, Lisboa enfatiza a preocupação com as reformas Trabalhista e Previdenciária, fatores que, segundo ele, vão retroceder as relações de trabalho no Brasil em uns 100 anos.

Confira a entrevista abaixo:

Você acabou de ser reconduzido para o Conselho de Administra-

ção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O que isto representa para o Brasil?

Antônio Lisboa – O fato de neste momento, na situação em que está o Brasil, termos um representante no Conselho de Administração da OIT se torna muito importante. Vivemos um momento de profundos retrocessos no Brasil do ponto de vista dos direitos trabalhistas e humanos, que estão sendo atacados. É o caso das reformas da Previdência e Trabalhista, do projeto de terceirização, dos ataques aos povos indígenas, dos direitos de quilombolas que estão sendo retirados. Tudo isto é tratado na OIT. Portanto, estar na Organização neste momento se reveste de maior importância porque é o espaço onde se pode denunciar os problemas que acontecem no Brasil e lutar para que estes direitos sejam mantidos.

O fato de um professor da rede pública de ensino do Distrito Federal estar à frente do Conselho pode ajudar em projetos futuros para a educação?

Antônio Lisboa – A OIT trata dos direitos dos trabalhadores como um todo. O direito da educação é um direito fundamental e está incluído, claro. O fato de ser professor evidentemente que ajuda, por conhecer os problemas da educação no Brasil. Por exemplo, agora na Conferência, durante o discurso, tive oportunidade de citar o problema que aconteceu em Brasília e também no Paraná, onde os professores foram atacados pela polícia quando faziam greve. Agora estamos com outra luta, que é a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, que trata do direito de negociação coletiva dos servidores públicos, por-

tanto para nós professores. Estamos preparando uma denúncia na OIT específica à Convenção nº 151 e específica aos ataques que os professores têm recebido quando vão fazer campanha salarial ou quaisquer outras manifestações. No discurso denunciei isto, mas uma denúncia formal deve ser feita por escrito para que a própria Organização passe a investigar o que acontece no Brasil e isto estamos fazendo, já que é um espaço que temos para a educação.

Em entrevista você ressaltou que a recondução representa o reconhecimento do papel da CUT e do movimento sindical brasileiro no combate às ofensivas neoliberais. É um fato?

Antônio Lisboa – A CUT sempre teve muito cuidado em se articular internacionalmente, em ter alian-

ças com os trabalhadores de todo mundo. É preciso que as pessoas entendam que o movimento sindical é uma estrutura das democracias. Em todos os países democráticos do mundo existem sindicatos. Se alguém acha que sindicato é desnecessário, vá à Arábia Saudita ou à Coreia do Norte. Portanto os trabalhadores, assim como os empregadores, se organizam internacionalmente e a CUT sempre valorizou as alianças internacionais com os trabalhadores. Portanto, o fato de ter sido reeleito, e como o mais votado, é o reconhecimento deste trabalho que desenvolvemos e o reconhecimento que a CUT tem fora do Brasil. No mundo que vivemos, onde os direitos dos trabalhadores estão sendo retirados pelo capital, estar lá representa mais responsabilidade para continuarmos lutando.

É importante que o Brasil tenha uma boa relação com o mercado internacional?

Antônio Lisboa – Apesar de toda crise que vivemos, o Brasil é a sétima economia do mundo. Temos uma população imensa, um país imenso, e ter boa relação internacional, seja com os trabalhadores ou em seguir nos organismos internacionais, é fundamental para defender os nossos direitos e os direitos dos trabalhadores do mundo inteiro. Portanto, é importantíssimo ocupar estes espaços, seja para poder levar nossas experiências, denunciar os problemas que temos vivenciado neste último ano e para cumprir as normas que os organismos internacionais exigem do Brasil.

Recentemente passamos por um dos momentos mais difíceis da democracia brasileira, com o impeachment da presidenta

Dilma. O fato foi condenado pela comunidade internacional e mostrou o quanto nosso sistema político é frágil. O que é preciso mudar na política brasileira?

Antônio Lisboa – A principal delas é a necessidade de uma reforma política. Quando dizemos lá fora que no Brasil existem 36 partidos reconhecidos e 28 com representação no Congresso Nacional, as pessoas se assustam. Se pegarmos o exemplo dos Estados Unidos, do Canadá e de países da Europa, que tem dois ou três partidos com representação, a realidade brasileira se torna um absurdo. Hoje temos uma espécie de presidencialismo de coalisão, onde o poder executivo governa na base da coalisão política. O presidente, governadores de estado e prefeitos precisam negociar a base política com estes 28 partidos para poder aprovar projetos. Isto gera um jogo de interesses imenso. Outro problema é o financiamento de campanha. Uma construtora que financiou 50, 100 deputados, vai querer que seus projetos e interesses sejam atendidos. Isto gera uma relação profunda de corrupção eleitoral. O primeiro passo seria fazer uma profunda reforma política para evitar este modelo de esfacelamento de partidos políticos, que na maioria das vezes são siglas de aluguel.

Mas o problema está apenas no Poder Executivo?

Antônio Lisboa – Não. Precisamos urgentemente de uma reforma do Judiciário. Costumo dizer que dos três poderes da República, o pior é o Judiciário, porque é o menos fiscalizado. No poder Executivo, de quatro em quatro anos você pode trocar. No Legislativo, caso acompanhe direito, você saberá o que seu deputado ou vereador está fazendo, podendo trocá-lo também. Mas quem controla o Judiciário? O Poder Judiciário tem um sistema corporativo onde juiz protege o juiz, promotor protege

promotor. A situação do Judiciário é gravíssima e precisa ser mudada.

Após o impeachment, Michel Temer colocou na pauta do Congresso projetos que atacam direitos trabalhistas e a organização sindical. O que isto representa para o trabalhador brasileiro?

Antônio Lisboa – A Reforma Trabalhista, aprovada como está sendo discutida no Congresso, vai retroceder as relações de trabalho no Brasil em uns 100 anos. Em 1917 o Brasil fez sua primeira greve geral, que foi uma grande greve, mas concentrada apenas nas capitais, especialmente em São Paulo. As reivindicações naquela época eram de diminuição da jornada de trabalho, que era de 14 e queriam baixar para 10 horas, ter direito a repouso remunerado, ou seja, fatores que só aconteceram na década de 40. Com a reforma Trabalhista, tudo isto vai por água abaixo, porque podemos ter o negociado prevalecendo sobre o legislado para diminuir direitos. O trabalhador pode ter uma série de prejuízos, como ser obrigado a aceitar um acordo do patrão que rebaixe ao mínimo o que a

lei estabelece; negociar sem a presença do sindicato, onde o patrão poderá, por exemplo, diminuir seu salário; ver a jornada de trabalho aumentar de 44 horas semanais para 60; ver regulamentada a pejetização, onde o trabalhador que não tiver carteira assinada não terá direito a férias e a outros benefícios.

Esta reforma também afeta o movimento sindical?

Antônio Lisboa – O que se discute muito hoje é a forma do financiamento sindical. Nós (Sinpro) fazemos parte de um sindicato que vive há quase 30 anos da contribuição voluntária de cada sindicalizado. Agora, muitos sindicatos do país, especialmente os pequenos sindicatos do interior e

das pequenas categorias profissionais, vivem da chamada contribuição sindical ou do imposto sindical. A proposta da reforma acaba com isto, o que para nós da CUT é um ponto positivo. O problema é que a reforma não coloca um modelo de transição, onde estes pequenos sindicatos possam se adequar. Muitos deles vão fechar as portas por inviabilização financeira. Feito isto, o trabalhador ficará sem representante em uma negociação coletiva com o patrão. Ele não terá um sindicato que o defenda.

E a Reforma da Previdência?

Antônio Lisboa – É o que a própria campanha do Sinpro tem dito: as pessoas vão morrer sem se aposentar. Este projeto prevê que cada brasileiro trabalhe 49 anos para se aposentar, e aí é bom que as pessoas se atenham que são 49 anos de contribuição. Se durante este período a pessoa ficou 11 meses sem contribuir, terá que trabalhar por igual período. Num país onde a rotatividade do mercado de trabalho é altíssima, dificilmente alguém vai chegar a trabalhar só 49 anos para adquirir o benefício. No cenário brasileiro, em 30 anos de contribuição o trabalhador fica, em média, 8 anos desempregado. Portanto, ele deverá trabalhar uns 58 anos. Nós estamos acabando com o sistema previdenciário. Era parte do golpe. A previdência pública, o sistema de segurança social está simplesmente sendo jogado no lixo e quem ganha, novamente, é o sistema financeiro.

Em Genebra, no momento da recondução, você disse que há dez anos o Brasil era exemplo de políticas sociais e trabalhistas de inclusão, redução das desigualdades e melhoria dos salários, e que hoje a situação é contrária. A que devemos esta mudança?

Antônio Lisboa – De 2003, quando o Lula assumiu, até 2014, o Brasil foi exemplo para o mundo de diálogo social. O governo chamava empregadores e trabalhadores para sentar e discutir soluções, exemplo das diversas conferências temáticas que foram feitas no Brasil sobre saúde, educação, transporte etc. Outro ponto foi a questão da

valorização do salário mínimo. É bom que a gente se lembre que o salário mínimo era de 70 dólares em 2003 e chegou a 300 dólares. A valorização gerou um movimento na economia, especialmente para as pessoas mais pobres e cidades do interior. Podemos somar ainda projetos de inclusão social, como o Luz para Todos e o Bolsa Família, até hoje um exemplo para o mundo. As políticas de inclusão social feitas durante estes anos foram referência para o mundo de como um país podia crescer combatendo a pobreza. Agora a referência é contrária: a terceirização desenfreada, a reforma trabalhista, a reforma da Previdência e a retirada de direitos.

Apesar da onda de retrocessos vista no governo Temer, a luta e a mobilização de trabalhadores e movimentos sindicais obtiveram importantes vitórias. É possível barrar esta onda neoliberal vinda do Congresso e do governo federal?

Antônio Lisboa – Podemos sim. Para isto é preciso manter a capacidade de mobilização, dialogar com as pessoas e principalmente ter cuidado em quem votar, para que possamos reverter a situação em que vivemos. No meu caso, tenho feito isto fora do Brasil, buscando apoio no restante do mundo para fortalecer nossa luta aqui.

Após várias denúncias de corrupção, Michel Temer se tornou o primeiro presidente no exercício do mandato a ser denunciado. Isto mostra a verdadeira face do golpe praticado no Brasil?

Antônio Lisboa – Existe um diálogo entre o Jucá (senador) com um ex-senador, onde eles dizem claramente a necessidade de tirar a Dilma e colocar o Temer para estancar o problema. A Dilma caiu porque não se submeteu à chantagem



desse Congresso de degredados, e também porque havia interesses muito maiores internos e externos. O golpe no Brasil não é problema apenas brasileiro. Tem interesses no pré-sal, na construção, na indústria petrolífera, na construção naval. Tudo isto estava em jogo e para isto foi praticado o golpe. Eles achavam que assumindo o poder iriam se salvar. O problema é que a coisa desandou de tal forma que eles próprios estão sendo envolvidos, como sempre foram, no processo de corrupção. O fato de pela primeira vez na história ter um presidente denunciado no exercício do mandato é muito ruim para um país que ainda é a sétima economia do mundo.

Diante desta conjuntura, “Diretas Já” é a solução para o Brasil?

Antônio Lisboa – Os poderes instituídos estão de tal forma envolvidos com a crise que não vão tirar o país da situação que está. Só tem um jeito: dar ao povo o direito de escolher novos governantes, para que estes tenham legitimidade para tirar o país da crise. O povo deve decidir que rumo o país deve tomar.



EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E CONTRA IMPOSIÇÕES DO GOVERNO GOLPISTA

APÓS A CANETADA QUE ALTEROU O FNE DE FORMA AUTORITÁRIA, ENTIDADES SE ORGANIZAM NO FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO PARA FAZER O ENFRENTAMENTO CONTRA RETROCESSOS

Deva Garcia



Entidades presentes na Conferência Distrital de Educação, realizada em 2016, organizarão agora a Conferência Distrital Popular de Educação

Recentemente, o Ministério da Educação, em uma canetada de forma totalmente arbitrária, retrógrada e autoritária, destituiu a atual gestão do Fórum Nacional de Educação (FNE), tornando a mesma um mero apêndice submisso do MEC. A manobra teve como objetivo avaliar a agenda golpista do governo ilegítimo e de sua agenda conservadora, a exemplo da reforma do ensino médio, a privatização escolar por meio de Organizações Sociais, a militarização de escolas públicas e a Lei da Mordada (Escola sem Partido), ações realizadas e/ou endossadas por Temer e sua corja.

O FNE até então era constituído por 42 entidades da sociedade civil e 8 secretarias de governo, na qual este Fórum era responsável por organizar a Conferência Nacional de Educação. “Até então era uma experiência importante, de muita participação popular e de resultados políticos, como por exemplo na

2ª Conferência, na qual foi fundamental para consolidação do texto

“**A CONAPE surge no ambiente de resistência ao golpe e de resistência do movimento educacional contra as políticas que estão sendo impostas pelo governo ilegítimo**”

Gabriel Magno,
diretor do Sinpro

do PNE (Plano Nacional de Educação), que foi aprovado em seguida no Congresso, contendo avanços importantes”, aponta Gabriel

Magno, diretor do Sinpro.

De acordo com o diretor, com o golpe há o rompimento dos pactos estabelecidos, como a mudança dos royalties do pré-sal que iam para a educação; a Emenda Constitucional nº 95, que limita os gastos em educação para os próximos 20 anos - e interrompe o processo de implementação do PNE, principalmente da meta mais importante que versa sobre os 10% do PIB para a educação -; a reforma do ensino médio, aprovada da forma que foi; além da convivência e até protagonismo do Estado em relação ao Escola sem Partido. Portanto, houve o rompimento de uma série de políticas educacionais”, ressalta. O enfrentamento por parte dos setores progressistas era inevitável.

A gota d’água aconteceu no dia 27 de abril, quando o MEC divulgou a Portaria nº 577, que alterou a configuração do FNE. “O decreto tirava e excluía muitas dessas 42 entidades e fazia com que algumas delas, que tinham assento assegurado no Fórum, disputassem uma vaga com outras que até então também tinham vagas garantidas. A portaria muda a configuração do Fórum e tira a pluralidade da mesma. Com isto, o governo faz uma maioria artificial por meio do decreto, de interesse apenas dele próprio e do setor privado”, diz o diretor.

A RESPOSTA POPULAR: A FNPE - A reação foi imediata. A CNTE e várias entidades se retiraram do FNE e criaram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). Hoje o FNPE conta com 48 entidades e a tendência é de crescimento. A presidência é da CNTE (como era na FNE) e a tarefa é de fazer a disputa política e organizar a Con-

ferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), pois a CONAE está profundamente fragilizada. “A 3ª CONAE não é desejo do governo, ela mal saiu do papel. As etapas municipais não foram convocadas, não tem texto-base, por opção política do governo golpista, para tirar a competência da CONAE de ser um espaço para formulação da política educacional”, avalia Gabriel.

Portanto, as entidades se retiraram do FNE, criam o FNPE para organizar a CONAPE, que delibera como faziam na CONAE, mas agora o intuito é fazer o enfrentamento, ser um instrumento de resistência. “Se tem um governo que não legitima, não dialoga, é ilegítimo e que faz a opção de rompimento democrático, vamos nos unir do outro lado para pressionar, fazer a disputa de opinião nos espaços institucionais que sejam possíveis”, ressalta o diretor.

As etapas municipais e intermunicipais da CONAPE ocorrem de julho a outubro deste ano. As etapas estaduais e distrital, de novembro de 2017 a março de 2018, e a etapa nacional dos dias 26 a 28 de abril de 2018. Já há o calendário e diretrizes e logo será publicado o texto-base da Conferência, para que todos façam os debates necessários em cada nível para a produção do documento final na etapa nacional.

Paralelamente e de forma tímida, o MEC está fazendo seminários preparatórios por região para a CONAE, cinco seminários gerais, um por região do país, simplesmente ignorando as etapas municipais, estaduais/distrital e suas singularidades. E o FNPE estará presente nestes seminários com atividades paralelas, realizando o enfrentamento necessário pela defesa da educação pública de qualidade.

REFORMAS TRANSFORMAM CONGRESSO NACIONAL EM BALCÃO DE NEGÓCIOS

Projetos como o Estatuto do Nascituro, as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nº 29/2015 e nº 58/2011 e o Programa Escola sem Partido, dentre outros que ameaçam os direitos reprodutivos e a liberdade de cátedra, são usados como moeda de troca por votos na reforma da Previdência e podem ser aprovados no segundo semestre de 2017.

No balcão de negócios a que foi transformado o Congresso Nacional, vale tudo como moeda de troca: desde compra de votos com bilhões em reais para emendas de interesse privado dos deputados e senadores até aprovação de projetos de leis que irão aprofundar as diferenças entre homens e mulheres.

“Os prejuízos do golpe de Estado vão muito além do fim dos direitos

sociais e trabalhistas. Os parlamentares aproveitam a situação para avançar interesses pessoais e dos financiadores de campanhas. Para isso, eliminam políticas públicas que promoveriam uma vida mais justa e igualitária às mulheres”, alerta Vilmaria Pereira do Carmo, coordenadora da Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF.

Os ruralistas, por exemplo, atuam fortemente para eliminar leis que protegiam a Amazônia do desmatamento. Os fundamentalistas, por sua vez, aproveitam-se para aprovar leis que anulam os direitos reprodutivos das mulheres contidos na Constituição Federal e no Código Penal.

“É preciso ficarmos atentas para o poder de barganha dessas bancadas que querem negociar projetos

que anulam os direitos reprodutivos como moeda de troca para aprovação da reforma da Previdência”, avisa Masra de Abreu, assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).

Para ela, o maior prejuízo que as mulheres tiveram foi a aprovação da PEC nº 55, a qual se tornou Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95/16), a reforma trabalhista e, agora, a reforma da Previdência. “Depois da EC nº 95/16, a mulher não terá mais acesso à creche e isso significa que não terá também acesso ao mercado de trabalho. Eles se autodenominam de pró-vida, mas é uma vida que não existe enquanto negação da vida da mulher”, afirma Masra.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e a deputada federal

Erika Kokay (PT-DF) consideram o congelamento dos gastos no serviço público a reforma mais cruel. “É o pai e a origem de todas as crueldades do governo Temer porque, com o congelamento, ele optou por um modelo de país que não investe em políticas públicas para diminuição das desigualdades”, analisa Kokay.

Grazziotin, por sua vez, afirma que o congelamento faz com que a metade do orçamento brasileiro vá para pagar os serviços e os juros da dívida. “Ele não mexeu na principal despesa do país: as operações financeiras. O rombo nas contas públicas continua e irá se aprofundar porque a maior despesa que o país tem é com os serviços da dívida que não gera nenhum emprego e não tem nenhuma relação com a produção

porque agiota não produz nada e não gera emprego”.

Kokay afirma que o corte de gastos com as despesas primárias e a liberação do Orçamento para pagamento da dívida significa que o Estado brasileiro está alimentando 27 mil investidores e dedicando a eles quase metade do Orçamento do país e que o trabalhador está pagando essa despesa que não volta para ele em política pública.

“O contingenciamento retira recursos de 60% das políticas públicas de combate à violência contra a mulher e corta recursos nas políticas de geração de autonomia para as mulheres, uma vez que a gente só se reconhece enquanto humanidade quando nos sentimos donas de nós mesmas, da nossa vida”, diz.

MAPA DAS PRINCIPAIS AMEAÇAS

PEC nº 29/2015 Esperando para ir a Plenário	Autores: 27 senadores, entre eles Magno Malta (PR) e Aécio Neves (PSDB)	Acrescenta à Constituição o direito à vida “desde a concepção”	Considerada tentativa de instituir na legislação a criminalização do aborto	Luís Barroso, ministro do STF, diz que a criminalização do aborto no 1º trimestre viola direitos sexuais, reprodutivos, autonomia, integridade física e psíquica da mulher
PEC nº 58/2011 e nº PEC 181/2015 Na comissão especial e foi apelidada de “Cavalo de Troia”	PEC 58/11 juntada à PEC 181 por tratar da licença maternidade para casos de prematuros. Passou a ser PEC 181/2015	Seria algo positivo para as mulheres, mas a bancada evangélica vai inserir a defesa da vida desde a concepção	Numa questão de ordem, Erika Kokay (PT-DF) questionou a legalidade dessa inclusão e disse que não há correlação	
Projeto de Lei nº 5.069/2013 Esperando para ir a Plenário	Autor: Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Prevê detenção para profissionais de saúde que auxiliarem um aborto ou informarem sobre interrupção de gravidez	Se aprovada, restringirá o trabalho dos profissionais de saúde até nos casos de aborto previsto em lei	
Projeto de Lei nº 6.335/2009.	Autor: Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Regulamenta a objeção de consciência	O relator, na CCJ, foi o deputado João Campos (PSDB/GO), ex-presidente da bancada evangélica	
PL nº 478/2007, (Estatuto do Nascituro)	Espera parecer da CCJ da Câmara dos Deputados	De autoria dos ex-deputados Luiz Bassuma (PT) e Miguel Martini (PHS)	Institui a inviolabilidade da vida desde a concepção no artigo 5º da Constituição	
PL nº 164/2012 Espera parecer da CCJ da Câmara dos Deputados	Autor: Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	Institui a inviolabilidade da vida desde a concepção no artigo 5º da Constituição		
PLS nº 193/2016 - (Escola sem Partido) Aguarda parecer da CE	Autor: Magno Malta (PR-ES)	Altera LDB para incluir o “Programa Escola sem Partido”	O relator é o senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	Se aprovada, seguirá direto para a Câmara dos Deputados, por ser terminativa
PL nº 7180/2014 - Escola sem Partido Apensadas: PL 7181/2014; PL 867/2015; PL 6005/2016; PL 1859/2015; PL 5487/2016.	Autor: Erivelton Santana (PSC-BA)	Altera a LDF para incluir como princípios do ensino, convicções religiosas e políticas conservadoras, impedindo o diálogo em sala de aula sobre moral, sexo e religião	O PL nº 6.005/2016, de autoria do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), se contrapõe e busca instituir a “Escola Livre”, que veta todo tipo de censura	Na CE, aguardando a apresentação do parecer do relator, Flavinho (PSB-SP).

REFORMA TRABALHISTA RASGA A CLT E JOGA NO LIXO ANOS DE LUTA DA CLASSE TRABALHADORA

EXIGIDA POR EMPRESÁRIOS E PELO MERCADO FINANCEIRO, MEDIDA RETIRA DIREITOS TRABALHISTAS E IMPÕE O NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO, ELIMINANDO LEIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

Sob a falsa afirmação de que é necessário modernizar as relações e a legislação do trabalho para gerar empregos, a chamada reforma trabalhista - encaminhada pelo governo Temer ao Congresso Nacional em dezembro passado - promoveu a revisão de mais de uma centena de itens da CLT, acabando com garantias e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras acumuladas ao longo de anos e de muitas lutas.

“Quando se fala em reforma trabalhista, os objetivos são somente reduzir os chamados custos com o trabalho, precarizando, flexibilizando e retirando direitos da classe trabalhadora, ainda que tudo isso aumente o fosso social do Brasil, aumente a miséria e a exploração. Resumidamente, essa contrarreforma aprovada no Senado obedece a uma lógica favorável às empresas, e não aos trabalhadores”, adverte o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto. Para o dirigente cutista, “lamentavelmente a aprovação dessa reforma trará perdas irreparáveis para a classe trabalhadora como o aumento da flexibilização e da precarização do trabalho e todos os seus malefícios; a diminuição do poder de negociação coletiva, permitindo

prevalecer o negociado sobre o legislado, causando o enfraquecimento do poder de negociação tanto das categorias quanto dos sindicatos, assim como o promover o aumento da insegurança jurídica nas relações de trabalho”.

Vale lembrar que vários dos argumentos que subsidiaram tanto a versão original da contrarreforma, de autoria do Executivo, quanto o texto substitutivo, de autoria do relator, o deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), podem ser encontrados nas formulações de entidades patronais como, por exemplo, nos textos da CNI (101 Propostas para Modernização Trabalhista, 2012; Agenda Legislativa da Indústria, 2014; Caminhos da Modernização Trabalhista, 2016) e da CNA (Proposta da Bancada de Empregadores, 2016; Balanço 2016 e Perspectivas 2017).

Não é um debate novo, pois retomou as mesmas bases da discussão ocorrida nos anos 1990, em que se defendia a reforma com os mesmos argumentos.

O economista José Dari Krein, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, afirma que “a regulação do mercado de trabalho não foi

criada para seguir uma lógica apenas econômica, mas para preservar a vida das pessoas e garantir que a relação entre o capital e o trabalho não seja tão assimétrica”, defende. O economista diz ainda que não há nenhuma prova de que as mudanças propostas vão gerar mais empregos ou incentivar a formalização do mercado de trabalho.

De acordo com Krein, nunca houve avanço tão grande sobre os direitos trabalhistas. “Essa reforma é uma desconstrução completa do nosso código de trabalho. Você vai fragilizar a regulação geral em nome da negociação particular por setores. Quando aparece a crise econômica aqui, a reforma apareceu com força, e você vê a agenda da CNI e a agenda legislativa do Congresso. Aí eles colocam como tema prioritário a reforma trabalhista, assim como redução dos impostos, que é onde eles podem ganhar com mais facilidade. O problema é que consumir a força de trabalho não constrói o país. Isso vai reduzir salários, vai reduzir demanda, e criar dificuldades adicionais para a retomada da economia”.

Para o economista, por outro lado a dinâmica mais favorável do mer-

cado de trabalho - nos anos 2000 - ocorreu por motivos contrários à agenda da flexibilização, uma vez que o crescimento do emprego, da formalização e da melhora da renda do trabalho foram possibilitados pelo crescimento econômico, pela presença das instituições públicas, pela política do salário mínimo, entre outros pontos. “Ou seja, a experiência brasileira recente mostra que os argumentos de defesa do atual desmonte da legislação trabalhista são falaciosos e frágeis, pois não se sustentam histórica e empiricamente. Portanto, a atual proposta de desmonte de direitos é uma forma de desestruturar a vida social e de promover condições que favorecem somente um ator na sociedade: os empregadores”.

Na mesma linha de raciocínio, o professor e secretário-geral da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues, destaca que a reforma trabalhista, além de pender para um único lado – o dos patrões – tende a agravar a pobreza e a distribuição de renda na sociedade, tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Isso porque a renda do trabalho e das famílias ficará ainda mais reduzida frente aos lucros dos empresários que detêm os meios de pro-

dução, caminhando a passos largos para agravar nossa histórica dívida social.

Rodrigo Rodrigues cita a moção de repúdio elaborada pela CNTE à aprovação da reforma trabalhista, segundo a qual os direitos da classe trabalhadora retroagem ao início do século passado.

O texto da CNTE enfatiza que o Estado de Bem-Estar Social, que se tentou implementar na última década no Brasil, está sendo destruído em menos de um ano por um governo golpista alçado ao Poder com o aval das instituições do país. “É passada a hora de dar um basta a esse processo de destruição de direitos e de consagração de privilégios de uma elite sem voto, que não se cansa de expropriar nossas riquezas a de explorar nossa gente. Diante de mais esse absurdo aprovado pelo Congresso Nacional, ao qual se somam a EC nº 95 (ajuste fiscal), a terceirização ilimitada, a reforma do ensino médio e tantas outras aberrações propostas pelo governo ilegítimo e chance-ladas pelo Congresso corrompido, a CNTE conclama a sociedade brasileira, comprometida com os interesses da maioria do povo, a se unir contra todas as medidas que encaminham o Brasil para uma verdadeira tragédia social nas próximas décadas”.

CARTÃO MASTERCLIN OFERECE VÁRIAS VANTAGENS. PEÇA O SEU

PROFESSORES E ORIENTADORES DA REDE PÚBLICA
SINDICALIZADOS DEVEM SOLICITAR O CARTÃO PARA TEREM
DESCONTOS EM SERVIÇOS POR TODO O PAÍS

O convênio estabelecido entre o Sinpro e o cartão Masterclin oferece diversas vantagens para professores (as) e orientadores (as) educacionais sindicalizados. São descontos em milhares de pontos em todo o Brasil. Com ele, o sindicalizado pagará menos em clínicas de saúde (de diversas especialidades como fisioterapia, nutrição, oftalmologia, cardiologia, odontologia, otorrinolaringologia, ortopedia, cirurgia plástica, endocrinologia, exames, terapias, dentre outras).

Também usufruirá de descontos em autoescolas, cabeleireiros, cartórios, locadoras de veículos, corretoras de seguros, funerárias, materiais de construção, móveis e utensílios para a casa, cinemas, agências de turismo, clubes, papelarias, drogarias, postos

de combustíveis, nas peças, acessórios e manutenção de veículos, academias, churrascarias, bares e restaurantes, além de compras online nos maiores sites do Brasil.

Quem não tem o cartão acesse o site www.cartaomasterclin.com.br ou no telefone (61) 4020-3020 e o solicite. Se você possui o cartão e não tem interesse em usufruir das vantagens do mesmo, o Sinpro solicita que o mesmo seja devolvido.

“Com o cartão, o professor pode conseguir preços menores com este convênio, pode ter descontos que compensam um pouco a perda salarial da categoria dos últimos anos”, afirma Carlos Cirane, coordenador da Secretaria de Administração e Patrimônio do Sindicato.

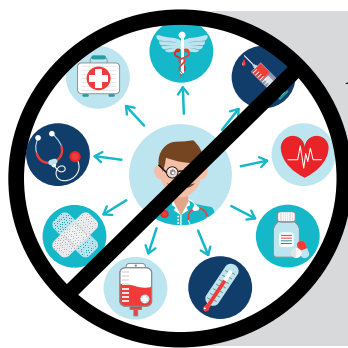


O trabalhador fica proibido de reclamar na Justiça de Trabalho por perdas de direitos (mesmo que legais) caso tenha sido notificado pelo empregador sobre essas perdas. Ao assinar a notificação, se entenderá que o empregado “concordou” em abrir mão de seus direitos.



Acaba com os dois intervalos para a mãe amamentar seu filho até os seis meses. O que valerá é o livre acordo.

Mulheres gestantes estarão mais expostas a ambientes insalubres de trabalho, colocando em risco a sua saúde e a de seu bebê.



A empresa está livre de qualquer obrigação social, cultural, médica ou assistencial para com os seus trabalhadores, independente do tipo de trabalho realizado.

O trabalhador perde a seguridade de benefícios e gratificações que ficam de acordo com as condições econômicas da empresa.

As férias poderão ser divididas em três partes. “Férias” de cinco dias corridos agora serão legais.



Fica estabelecida a legalização da redução salarial e ainda fica determinado que os direitos trabalhistas só serão assegurados para aqueles que aceitarem os termos dessa redução.



ARTIGO

É PRECISO PARTICIPAÇÃO E RESISTÊNCIA DE TODOS PARA IMPEDIR O FIM DOS DIREITOS

Cleber Soares
Diretor de Imprensa do Sinpro

A conturbada conjuntura atual tem demonstrado os desafios que temos pela frente, se quisermos devolver o país aos trilhos que o levará para a justiça social e trabalhista. A soberania ameaçada pela política externa acanhada e sub-

serviente a interesses estrangeiros e de setores abastados nacionais pretendem impor um retrocesso social sem precedentes com a Reforma Trabalhista, o fim da CLT e a reforma da Constituição Federal para retirar os artigos que asseguram a cidadania.

A mudança das regras para exploração do pré-sal e a entrega dessas riquezas nacionais a empresas estrangeiras, assim como a permissão para multinacionais explorarem um vasto território no coração da Amazônia brasileira, rica em minérios, ou o ensaio para permitir os EUA de instalarem uma base militar em Alcântara, no Maranhão,

são sinais da disposição entreguista e antinacionalista dos que se aposaram, por meio de um golpe de Estado, do Palácio do Planalto.

Na mesma lógica de enriquecer os mais ricos, o Congresso Nacional, cuja grande parte dos parlamentares tem sido citada em escândalos de corrupção, aprovou a Reforma Trabalhista, que institucionaliza a precarização das relações de trabalho e sinaliza a aprovação da Reforma da Previdência, que impossibilitará milhões de trabalhadores de se aposentarem.

Essas duas reformas somadas à Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou investimentos nas

áreas sociais por 20 anos, mas permite gastos ilimitados com pagamentos de juros ao sistema financeiro, bem como a lei da terceirização, que amplia o espectro de serviços que poderão ser terceirizados, forma um conjunto de legislações que implantará no Brasil uma sociedade neoliberal, alicerçada na perspectiva de lucro máximo, máxima exploração da mão de obra e Estado mínimo.

Neste cenário, a única força capaz de frear estes intensos ataques aos direitos e conquistas sociais é a classe trabalhadora, que, ao mobilizar-se, tem potencialidade para influenciar os debates no Parla-

mento e interferir no cenário político e eleitoral. Contudo, para evitar que esta força se imponha, o governo Temer, em conjunto com o contraditório governo Rollemberg, têm reprimido com violência as manifestações contra as reformas em tramitação no Congresso, ações justificadas pela mídia.

Por isso, a classe trabalhadora precisa estar pronta para combater o discurso empresarial da mídia, unida e mobilizada para evitar mais subtrações de direitos e para impedir que se imponha um projeto de sociedade que produzirá mais desemprego, subemprego e precarização das condições de trabalho.



DIRETAS JÁ: A ÚNICA SAÍDA PARA

APÓS GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA E A INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS PARA INTERROMPER O MANDATO DOS GOVERNANTES. E O PATRIMÔNIO PÚBLICO DO PAÍS AO CAPITAL INTERNACIONAL. DIANTE DESTES

O jornalista Eduardo Vasco publicou recentemente, no jornal Pravda, entrevista com Manolo Pichardo, deputado dominicano e presidente da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e do Caribe (Coppal), em que denuncia o golpe de Estado no Brasil e diz que foi um golpe minuciosamente pensado e planejado por ex-presidentes de vários países latino-americanos, com a participação expressiva dos Estados Unidos.

Na entrevista, ele expõe a conspiração internacional para derrubar os presidentes progressistas do continente, com uso da mídia e do Judiciário. “No ‘Plano Atlanta’, pelo qual seriam realizados ‘golpes suaves’ por meio de campanhas nos meios de comunicação e depois julgamentos contra esses governos, uma condenação judicial do ex-pre-

sidente Lula seria a “joia da coroa”. “Como não podemos ganhar desses comunistas pela via eleitoral, compartilho com vocês isto aqui”. É com essa frase que Vasco inicia seu artigo e informa que foi com essas palavras agressivas que um ex-presidente sul-americano iniciava a explicação de um plano conspiratório a outros ex-presidentes latino-americanos, em uma suíte do Hotel Marriot, em Atlanta (EUA), em novembro de 2012.

CONSPIRAÇÃO – A primeira etapa da conspiração seria iniciar uma campanha de desprestígio por intermédio dos meios de comunicação contra os presidentes progressistas e de esquerda da região para minar sua liderança. A pressão midiática levaria à segunda etapa: a instauração de processos

judiciais para interromper o mandato dos governantes.

O Plano Atlanta resultaria nos chamados “golpes suaves” – encobertos de julgamentos políticos precedidos por escândalos de corrupção, ou campanhas dirigidas a ventilar supostos comportamentos questionáveis da vida íntima dos líderes progressistas; incluindo, se fosse necessário, familiares, amigos ou pessoas próximas”, denuncia.

Dirigente do Partido de Libertação Dominicana, Manolo Pichardo denunciou o plano em um artigo publicado em março de 2016, no jornal Listín Diario, da República Dominicana, intitulado “El Plan Atlanta”, denominação que ele deu à trama continental e disse que presenciou a conversa “por acaso”. Afirma que o grupo está empenhado em desestabilizar o Brasil em

virtude do peso de sua economia e da influência do país na região e no mundo.

Pichardo diz que os ex-presidentes afirmaram que não se podia esquecer que o gigante sul-americano é parte do BRICS, “um esquema de cooperação que surge como expressão da perda de hegemonia ocidental e, Lula, sem dúvida, construiu uma liderança que tem influenciado na região, uma liderança que promoveu esquemas de integração regionais que vão dando sentido à latino-americanidade, que, mais que um sentimento de pátria, é um projeto de independência que nos empurra para uma agenda própria e nos distancia de ser o quintal dos Estados Unidos. Lula, portanto, é um alvo”, afirma.

O fato é que o golpe está derretendo o Brasil. Trata-se de pro-

grama de ultradireita e de entrega das riquezas e do patrimônio público do país ao capital internacional, que só seria possível por meio de um golpe de Estado e com a destruição de todos os direitos sociais e trabalhistas. No entendimento da diretoria colegiada do Sinpro-DF, “a única forma de se combater esse plano em curso é a realização de eleições diretas sob novas regras eleitorais”.

E acredita que os elementos da atual situação do Brasil justifiquem a convocação imediata de eleições diretas, sob novas regras, bem como de uma nova Assembleia Nacional Constituinte. “Além de todas as reformas encaminhadas pelo presidente ilegítimo, a saída dele da Presidência da República é urgente porque, agora, ele é também acusado de corrupção e orga-

Milhares de trabalhadores e trabalhadoras saíram às ruas para denunciar os cortes de direitos promovidos pelas reformas trabalhista e previdenciária do governo Temer



IMPEDIR A DESTRUIÇÃO DO BRASIL

QUADRO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF, PROGRAMA NEOLIBERAL LIDERADO POR TEMER ENTREGA AS RIQUEZAS DO PAÍS. NESTE CENÁRIO, É PRECISO DAR AO POVO O DIREITO DE RETOMAR A CONDUÇÃO DO PAÍS



nização criminosa. Não podemos ter um criminoso na Presidência da República”, afirmam as lideranças sindicais do Sinpro-DF.

MANOBRAS COM DINHEIRO PÚBLICO – Na semana em que o Congresso Nacional aprovou o maior roubo de direitos trabalhistas da história do Brasil, com a aprovação da reforma trabalhista, Temer realizou várias manobras na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara dos Deputados, para aprovar sua continuidade no governo. Ele trocou vários membros titulares e com isso conseguiu, em meados de julho, assegurar mais uma vitória. A CCJ aprovou relatório contrário à investigação da denúncia de corrupção passiva contra ele.

E cada vitória de Temer é um rombo no Orçamento do país. O ilegítimo presidente trocou mais de uma dezena de deputados titulares da CCJ e, para isso, gastou R\$ 157 milhões do Orçamento público em emendas para 17 parlamentares votarem a favor da impunidade. Só para Maluf foram pagos R\$ 6 milhões de emendas. No mesmo dia, Maluf disse que Temer é um “homem correto, decente e honesto”.

Na avaliação das lideranças sindicais, a situação mostra que o país

vive uma conjuntura nova, nunca vivida em nenhum outro momento, mas que é preciso enfrentá-la. “A ousadia do fascismo em curso conta também com o apoio de governadores, como este do Distrito Federal. Não bastasse a capital viver as consequências da crise e se alimentar num governo difícil, temos um governador que empurra as necessidades do DF, sempre deixando tudo para depois, numa atitude de quem está à espera. Ele não negocia com as categorias porque aguarda a consolidação das reformas do governo federal ilegítimo”, avalia.

Para a diretoria, o governo Rodrigo Rollemberg (PSB) segue a mesma linha do governo federal. “Ou seja, estamos em um momento de total avanço daquilo que denunciávamos quando dizíamos que o golpe não era contra Dilma Rousseff, e sim contra a classe trabalhadora e contra o povo. Temos hoje uma situação histórica que, talvez, desde o início da República, nunca tivemos um parlamento tão vendido no mau sentido”, afirmam os diretores.

DEGREDAADOS – Para eles, a defesa das eleições diretas é a resposta imediata que o Brasil precisa para rearrumar a casa. E lembra do



Protesto realizado por trabalhadores foi duramente reprimido pela polícia. Esplanada dos Ministérios foi tomada por manifestantes

discurso de Antônio Lisboa, membro da executiva nacional da CUT Brasil e representante dos trabalhadores brasileiros no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao denominar os atuais parlamentares de “um bando de degredados”. Na abertura do Congresso Extraordinário da CUT, realizado entre 14 e 16 de julho, em Brasília, Lisboa disse que tem a impressão de que, hoje, o Brasil tem um Parlamento de degredados.

“Para quem não se lembra da história, os degredados eram ladrões, assassinos e outros tipos de criminosos, condenados em Portugal, cujas sentenças dos tribunais portugueses era condená-los ao degredo, ou seja, a pena a que eram submetidos era vir para a colônia, no caso, o Brasil, até mesmo como pena atenuante. E aí chegavam aqui matando índio, estuprando índias e desmatando toda a área para mandar pau-brasil e minérios, como o ouro, para Portugal”, disse o ex-diretor do Sinpro-DF e atual membro da executiva nacional da CUT Brasil no seu discurso de abertura do evento.

“Ou seja, hoje, a impressão que temos é a de que o nosso Parlamento está tomado por um bando

de quinta categoria, e que se alguém chegar lá e oferecer R\$ 100 mil para votar e meia hora depois chegar outro e oferecer R\$ 101 mil, o degredado muda de voto”, comparou o sindicalista. Ele diz que o país vive um momento de infâmia e que é urgente a defesa e efetivação imediata das eleições diretas.

“Estão destruindo o Brasil e estamos vivenciando um governo que tem três elementos básicos: primeiro, é a entrega do país. A Petrobras está sendo entregue aos pedaços, já se acabou com o conteúdo nacional, estamos com um país sendo arrancado dele mesmo todos os dias. Querem privatizar a Embratur, a Infraero. Lançaram uma consulta pública para reformular todo o Sistema Eletrobras, o que pode significar a privatização das empresas para além da privatização das distribuidoras de energia, que estão federalizadas. Já foi aprovada essa privatização no Congresso Nacional”, denunciou a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), na abertura do Congresso Extraordinário da CUT.

Ela disse que o Fundo de Universalização da Energia – responsável pelo Programa Luz para Todos – está sendo privatizado na surdina. Um dos fundos desse programa tem mais de R\$ 20 bilhões, o qual

já foi para as mãos da iniciativa privada. Também foi aprovada a antecipação da prorrogação das concessões, as quais estão acabando com a Infraero porque não tem nenhum tipo de fiscalização do próprio Estado. “O que estão fazendo com uma empresa como a Infraero é criminoso. É uma empresa que diz respeito à segurança nacional e à nossa própria soberania. Ela está sendo colocada no balcão de negócios”, denunciou.

Diante desse quadro de reformas antipopulares e entrega do Brasil ao capital internacional, o Sinpro-DF se engajou na campanha pelas Diretas Já. “Porque além de retirar os direitos, porque tem de pagar a conta do golpe e na conta do golpe está incluída a precarização das relações de trabalho, o governo ilegítimo não tem projeto de desenvolvimento nacional. A autonomia está dada pelo mercado financeiro e pelos rentistas”, alerta a diretora.

E convoca a categoria a se engajar nesta luta, como sempre fez quando políticos entreguistas tentaram destruir o país com a subserviência e entrega de nossas riquezas. Uma das provas de que não há projeto para o país e sim para o capital internacional é o fato de que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que ficará no governo, independentemente de quem esteja na Presidência. “Ou seja, ele não está sendo indicado pelo Presidente, e sim pelo mercado, este mercado rentista, que não gera nenhum emprego e que está levando quase 50% do Orçamento nos serviços e juros da dívida e nossas riquezas mineiras. Esse é o modelo de Brasil que eles estão implementando. Por isso defendemos Diretas Já, sob novas regras eleitorais”, conclui.

PEC 287-A APROFUNDA PERDAS E DESTRÓI UM DOS PRINCIPAIS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL DO BRASIL

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA OBRIGARÁ A TODOS(AS) A SE APOSENTAR COM MUITO MENOS OU TRABALHAR ATÉ MORRER

Na fila para ser um dos primeiros projetos a ser votados no Plenário da Câmara dos Deputados, no segundo semestre deste ano, o texto substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287-A, a reforma da Previdência, não melhorou em nada a vida do trabalhador e mantém a essência do texto original: destruir um dos principais mecanismos de proteção social do Brasil.

O substitutivo do relator Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) aprofunda as perdas que já constavam do texto original, como o tempo de idade que professores(as) e orientadores(as) educacionais terão de cumprir para se aposentar.

Ataca de forma acintosa a paridade e a integralidade dos salários ao impor a condição de que, para aposentar-se com paridade e integralidade, os(as) professores(as) que ingressaram até 31 de dezembro de 2003, terão de ter 60 anos de idade, além dos atuais 25 anos de contribuição, mulher, e, 30, homem.

Outra situação é a que, ao se aposentar antes, o(a) professor(a) não terá direito à paridade e à

integralidade da remuneração por que elas estarão condicionadas ao fato de o/a docente ter de passar pelo processo de média salarial de todas as remunerações desde julho de 1994.

“O professor terá de fazer uma média dessas remunerações para saber o salário que irá receber e, ao fazer a média, haverá uma redução salarial. Daí a perda da integralidade”, esclarece Cláudio

Antunes, coordenador da Secretaria de Imprensa do Sinpro-DF.

Ele afirma que “a PEC 287-A continua criando dificuldades para o acesso à aposentadoria porque, provavelmente, para não perderem a aposentadoria integral e com paridade, os professores terão de tentar alcançar a chamada idade mínima do professor nesse novo modelo”, explica.

Os(as) orientadores(as) educa-

cionais também terão de enfrentar uma grave situação porque para alcançar a paridade, a orientadora terá de ter a idade de 62 anos e, o homem, 65. Essa idade de 62 (mulher) e 65 (homem) se aplica também aos(as) professores(as) que, ao longo da carreira, não conseguiram completar, dentro da escola, o tempo de 25 anos (mulher) e 30 anos (homem).

Além disso, os(as) professo-

res(as) que ingressaram na carreira do magistério público mais cedo, de 2004 para cá, não terão a paridade, como já é hoje, porém, perdem o direito ao benefício baseado na média aritmética simples das maiores remunerações correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

QUADRO COMPARATIVO



COMO É HOJE

	IDADE	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
ORIENTADOR	60	35
ORIENTADORA	55	30
PROFESSOR	55	30
PROFESSORA	50	25

PARIDADE E INTEGRALIDADE

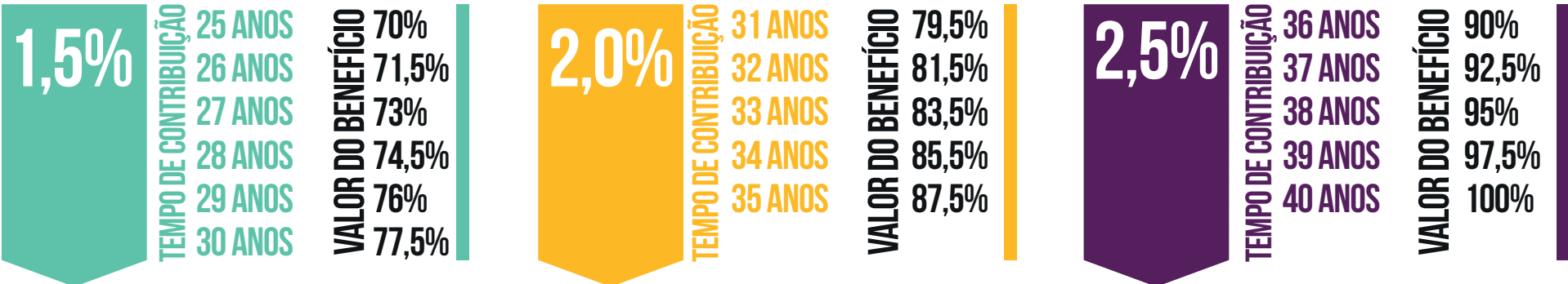


COMO VAI FICAR PEC 287-A (SUBSTITUTIVO)

	IDADE	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
ORIENTADOR	65	25
ORIENTADORA	62	25
PROFESSOR	60	25
PROFESSORA	60	25

25 ANOS É O TEMPO MÍNIMO **70% DA MÉDIA (JULHO/94)**

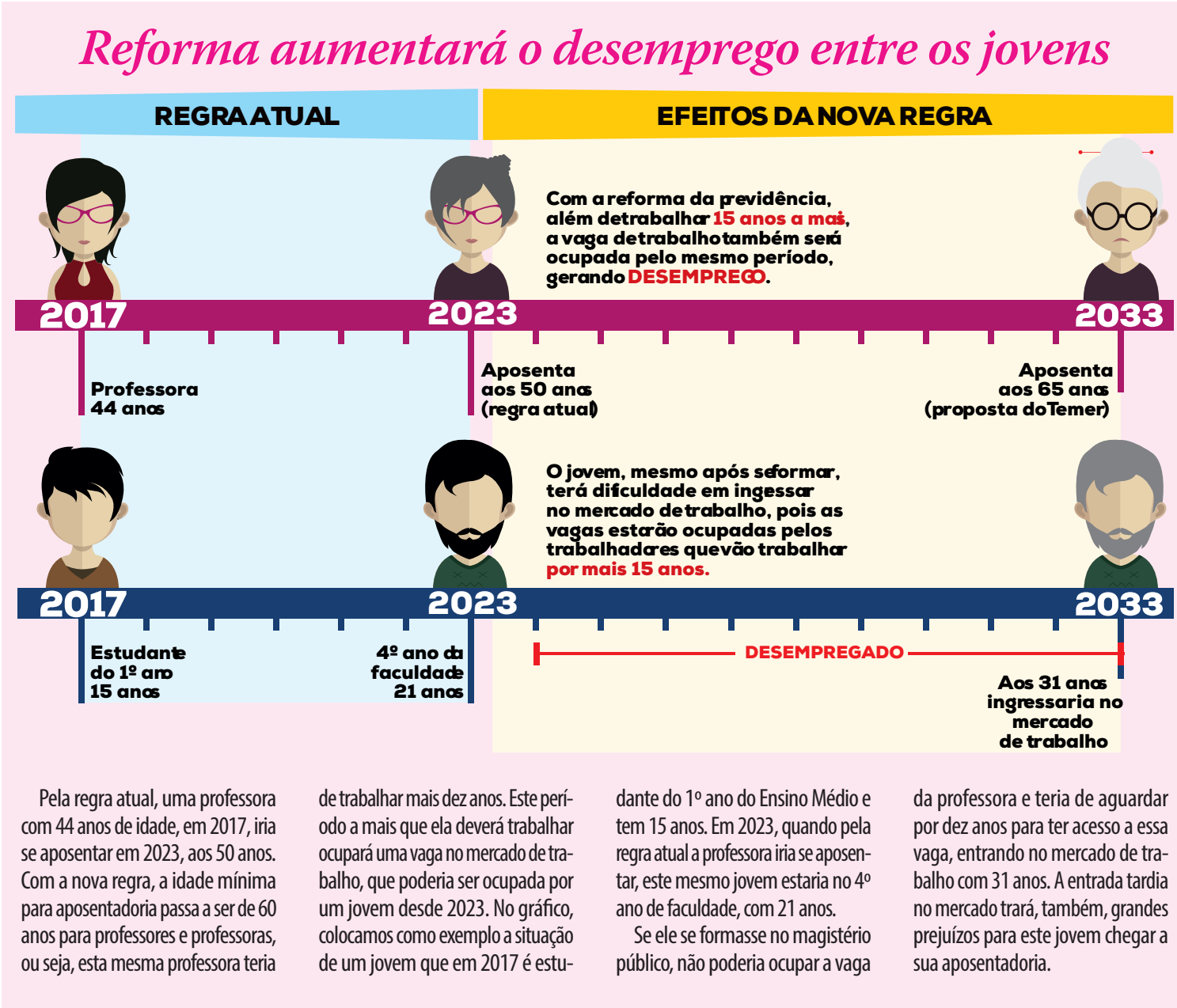
COMO SERÁ CALCULADO O VALOR DO BENEFÍCIO



MAIS PERDAS – Todavia, a partir da PEC 287-A, essa média aritmética será feita com base em todas as remunerações. Isso irá gerar perdas salariais e redução do benefício. Ou seja, além de ter de cumprir as regras de idade (professor, 60 anos; orientadora educacional, 62 anos; orientador educacional, 65 anos), o benefício será reduzido, drasticamente, no cálculo da nova média. Essas idades, em todos os cenários, serão progressivas.

Até 2019, a categoria terá o direito parcial à aposentadoria conforme as regras atuais: professora, 50 anos; professor, 55; orientadora, 55 anos; orientador, 60. Se essas forem alcançadas até o ano de 2019 e nesse período a pessoa tiver alcançado o tempo de contribuição previsto para cada modelo de aposentadoria quer seja para a aposentadoria especial de professor quer seja no modelo comum, que é aplicado para o orientador, perderá a paridade e terão o salário calculado a partir da média das contribuições.

A partir de 2020, as idades vão, progressivamente, aumentando um ano, ou seja, a professora já teria de ter 51 anos; professor e orientadora, 56; e, orientador, 61. E a cada dois anos, a partir de 2020, acrescenta um ano, de forma que, em breve, terá como exigência geral e regra para os novos, que é orientadora, 62; orientador, 65; e professor, ambos os sexos, 60 anos de idade.



Tempo de aposentadoria será afetado

O quadro ao lado explica como a reforma da Previdência afetará o tempo de aposentadoria de uma professora. Como exemplo uma professora, nomeada em 2004, com 25 anos de idade. Pela regra atual, essa professora iria se aposentar em 2029, com 50 anos de idade e 25 anos de contribuição. Com a nova regra, os(as)trabalhadores (as) terão uma regra de transição que possibilitará a aposentadoria antes das novas idades exigidas (65 anos para homem, 62 para mulheres e 60 anos para professores).

Nesta regra será necessário pagar um pedágio de 30% a mais do tempo de contribuição que falta. No caso dessa professora, em 2017, ela terá 13 anos de contribuição, faltando 12 anos para adquirir o benefício pela regra atual. Com os 30% exigidos pela nova regra, ela teria de trabalhar até 2032, o que somará um total de 28 anos e seis meses de contribuição.

Mesmo cumprindo o pedágio, não poderá se aposentar porque no ano de 2032 a idade exigida (confira na tabela de progressão de idades) será de 57 anos de idade. Ela completará 57 anos de idade



ESTUDO DE CASO

VAI TRABALHAR NO MÍNIMO 10 ANOS A MAIS PARA CONSEGUIR SE APOSENTAR. **60 ANOS**

VAI TRABALHAR 15 ANOS A MAIS PARA SE APOSENTAR COM 100% DA MÉDIA DAS CONTRIBUIÇÕES **65 ANOS**

PROFESSORA NOMEADA EM 2004, COM 25 ANOS DE IDADE

EVENTO	ANO	IDADE	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
CONTRATADA	2004	25	0
PROMULGAÇÃO DA PEC 287-A	2017	38	13
APOSENTARIA COM A REGRA ATUAL	2029	50	25
PAGA O PEDÁGIO DE 30%, MAS NÃO TEM A IDADE EXIGIDA	2032	53	28,6
A IDADE EXIGIDA EM 2032 ERA 57, MAS EM 2036 É 59 ANOS	2036	57	32
PODE SE APOSENTAR (PEC 287-A), MAS COM 87,5% DA MÉDIA	2039	60	35
PODE SE APOSENTAR COM 100% DA MÉDIA	2044	65	40

em 2036, mas, como a tabela de progressão de idades aumenta 1 ano de idade exigida a cada 2 anos, em 2036 a idade exigida será de 59 anos, não possibilitando a esta professora a aposentadoria.

Com isso, ela só vai adquirir o direito à aposentaria em 2039, quando completar 60 anos de idade, com 87,5% da média das contribuições que realizou ao longo da sua carreira. Para se

aposentar com 100% da média de suas contribuições, ela deverá trabalhar por mais cinco anos, sendo necessário, além da idade exigida, 40 anos de contribuição (confira tabela dos percentuais).



ARTIGO

ESTÁ NA HORA DE DISCUTIRMOS POLÍTICA NOS SINDICATOS

Falar de política sempre foi motivo de polêmicas e paixões. Mas, hoje, esse assunto deixou de ser ocasião de debates salutar sobre solução de problemas do país para se



tornar motivo de enfrentamentos e até de reações violentas.

Falar da política econômica do Brasil se tornou causa de conflitos e até de rompimentos que provocam rupturas entre colegas, amigos e até entre familiares. Mas por que esse ódio todo quando o assunto é discussão política? Porque não interessa aos neoliberais que a sua política de exclusão social e de privatização generalizada seja discutida em todos os lugares, sobretudo, nos sindicatos.

O neoliberalismo usa a repressão, o preconceito e a desunião dos trabalhadores para transformar, sem empecilhos, direitos trabalhistas,

sociais e humanos em negócios lucrativos. Esse modelo econômico só se institui pelo golpe de Estado, com apoio da mídia autoritária, que abomina e reprime opiniões contrárias às suas.

A mídia também ridiculariza o direito ao debate político. Daí a facilidade para imobilizar a todos e aprovar projetos constitucionais que calam o debate crítico sobre a vida do país. O Programa Escola sem Partido, que afeta negativamente o magistério, é um exemplo disso.

O neoliberalismo precisa criminalizar a luta do trabalhador para existir. Por isso, repassa falsas informações sobre “vantagens” das polí-

ticas neoliberais e apregoa o ódio de classe, reduzindo a luta dos trabalhadores, seus sindicatos e partidos políticos que os representam em objetos nocivos e locais proibidos de discussão política.

A mídia introduz no inconsciente coletivo uma visão negativa dos sindicatos e trabalha para criminalizá-los. Enquanto o povo se alimenta desse discurso improdutivo e repleto de ódio, ele sofre o maior ataque a seus direitos e o país amarga o maior saqueio de suas riquezas desde o período colonial.

O neoliberalismo se utiliza do golpe de Estado para tomar o poder

Rosilene Corrêa
Diretora de Finanças do Sinpro

porque ninguém elege políticos que defendem privatização de direitos. Por isso, o momento exige a clareza de que vivemos um enfrentamento político-ideológico.

E nessa conjuntura inédita, não podemos assistir, apáticos, a ascensão de um programa ultraconservador. Agora, mais do que nunca, precisamos da escola cidadã e transformadora e de uma categoria militante. Precisamos discutir e fazer política com participação em partidos, sindicatos, manifestações, eleições e em todos os locais porque, enquanto ficarmos indiferentes, as coisas continuarão a acontecer negativamente.

VIOLÊNCIA CRESCENTE NÃO POUPA OS ESPAÇOS ESCOLARES E VITIMIZA ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

ÍNDICE DE CRIMES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF CRESCE A CADA DIA. DESMONTE DO BATALHÃO ESCOLAR E A FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SÃO UM DOS PRINCIPAIS FATORES



Campanhas realizadas pelo Sinpro pedem paz nas escolas públicas do DF. Além do tráfico de drogas, estudantes e professores convivem com casos de vandalismo, depredações e ameaças nas proximidades das escolas

Na noite do dia 13 de junho passado, o estudante Gide-nilton Ribeiro Lacerda, de 26 anos, foi executado a tiros dentro da escola que frequentava - o Centro de Ensino Fundamental Zilda Arns, no Itapoã. O caso de violência extrema contra o estudante é apenas mais um dos inúmeros que vêm ocorrendo nas escolas públicas do Distrito Federal. São várias as notícias que chegam pela mídia, com relatos de professores ou histórias contadas pelos próprios alunos, que mostram uma escola antes concebida como local de conhecimento, de amizade e socialização, transformada agora

em um local onde quem exerce o magistério passa a viver uma profissão de risco.

Tráfico de drogas, vandalismo e depredações, ameaças e intimidações, agressões e brigas, além do consumo de álcool e drogas nas proximidades fazem parte da realidade das unidades escolares. “O batalhão escolar, que atende a rede pública de ensino do DF, permanece sendo desmontado e a redução do seu efetivo provoca situações que diariamente são relatadas pela imprensa local e junto ao sindicato”, destaca o diretor de comunicação do Sinpro, Samuel Fernandes.

O dirigente lembra que nas últi-

mas semanas “tivemos um caso de roubo de carro a mão armada, dentro do estacionamento da EC 511 de Samambaia. Na EC 427, também de Samambaia, às 7h30, na entrada dos estudantes, houve um assalto, causando pânico. No Recando das Emas, bandidos tentaram levar o carro de uma professora. Houve tiros e a professora só não se feriu por milagre”.

Porteiro e vigilantes – Cabe ao GDF resolver esse problema, que não é apenas de segurança pública. Nas escolas, faltam porteiros e vigilantes. “Muitas escolas não têm vigilante durante o dia. Isso porque a maioria dos

vigilantes da rede está se aposentando e o governo não pretende abrir concurso para ocupar essas vagas. É necessária a presença desse profissional em todos os turnos e em todas as 673 escolas públicas do DF. Há também a questão dos porteiros. Muitas escolas não contam com este profissional. Nessas unidades escolares é possível qualquer um entrar e ter acesso a tudo, a todas as dependências. Esse papel de porteiro muitas vezes é feito por servidores readaptados”, aponta Samuel, lembrando que o GDF deveria garantir, no mínimo, o efetivo do Batalhão Escolar na entrada e na saída dos estudantes nas escolas – horários em que ocorrem o maior número de casos de violência.

Como não há efetivo policial adequado, nem porteiros e vigilantes, os professores trabalham com medo. E muitos adoecem por conta dessa situação, pela pressão psicológica de trabalhar com medo. A atuação do professor em sala de aula é seriamente prejudicada pelas consequências da violência escolar. Curiosamente, o GDF alega que o professor apresenta muitos atestados médicos, mas não leva em conta as condições do ambiente escolar em que esse profissional atua.

Orientadores - A falta de orientadores educacionais também foi apontada por Samuel Fernandes como parte desta equação mal resolvida. O número de nomeações dos apro-

vados em concurso público é irrisório frente às necessidades. “Temos um concurso vigente há quase dois anos, com 1.055 profissionais aprovados e aguardando nomeação, e o governo só nomeou cinco até agora. A carência imediata nas escolas é de pelo menos 600 profissionais. Há escolas sem nenhum orientador; na outra ponta há escolas com um orientador para mais de 2 mil estudantes”, disse.

Entre outras funções, o orientador atua na mediação de conflitos, o que iria diminuir, e muito, os problemas entre estudante-estudante, estudante-professor, problemas familiares. Casos de intimidações, *bullying*, brigas ou até mesmo de violência maior poderiam ser evitados.

Para o diretor Samuel Fernandes, no fundo, “trata-se da violência que a educação pública sofre: agressão física, agressão verbal, falta de investimento, falta de segurança, enfim faltam políticas públicas de prevenção à violência nas escolas”.



A PECÚNIA DOS APOSENTADOS É UM DIREITO

GDF DESCUMPRE MAIS UMA PROMESSA DE QUITAR BENEFÍCIOS E A DESCONFIANÇA PROSSEGUE. GOVERNO JÁ DESCUMPRIU ACORDOS ANTERIORMENTE

Desde julho de 2015, o governo de Rodrigo Rollemberg não realiza os pagamentos da pecúnia dos(as) aposentados(as) dentro do prazo, conforme está estabelecido na Lei nº 840/2011. “O GDF vem atrasando o pagamento dessas pecúnias e nós, do Sinpro, temos realizado muitos atos, panfletagens e vigílias para cobrar do governo e denunciar para toda a sociedade o descaso pelo qual o GDF trata a nossa categoria”, aponta Silvia Canabrava, coordenadora da Secretaria para Assuntos dos Aposentados do sindicato.

No dia 21 de novembro de 2016, os professores aposentados acamparam embaixo da marquise do Palácio do Buriti, ficando lá por nove dias em condições desumanas, sofrendo pressão psicológica e retaliações. Mas foi graças a esta ação que o governo aceitou negociar e no dia 24 de fevereiro de 2017 quitou a pecúnia para os aposentados de 2015. Uma vitória fruto da luta.

O Sindicato prossegue na luta pelo pagamento da pecúnia de 869 professores e orientadores que se aposentaram em 2016 e têm pecúnia para receber, lembrando que em 2017 já foram publicadas 816 aposentadorias até a presente data. E há uma preocupação adicional: o que o GDF prometeu não vai resolver o problema. “O Sinpro realizou uma greve que durou 29 dias e após a mesma, dentre os compromissos, o GDF se comprometeu em disponibilizar R\$ 100 milhões para o pagamento das pecúnias dos aposentados de 2016 de todas as categorias. O sindicato avaliou a promessa e concluiu que este valor não será suficiente para quitar o benefício dos aposentados de 2016”, diz Silvia.

Na última reunião entre a Comissão de Negociação do Sinpro e o GDF, o Secretário de Finanças do governo se comprometeu a começar a pagar os aposentados de 2016 entre os dias 18 e 21 de julho. Infe-

lizmente a promessa foi descumprida mais uma vez.

O sindicato está atento e continuará cobrando do GDF o cumprimento da lei, e que disponibilize mais verbas para pagar a pecúnia destes profissionais que precisam ser valorizados por todas as contribuições à educação do DF.

SOBRE A PECÚNIA

A cada cinco anos de trabalho, os(as) professores(as) e orientadores(as) da Secretaria de Educação têm direito a 3 meses de LPA (Licença Prêmio por Assiduidade), entendendo que é uma profissão que causa grande desgaste, tanto emocional, quanto psicológico.

Para que esses profissionais possam usufruir das mesmas, é necessário que se contrate outros para substituí-los, o que nem sempre acontece. Por essa razão, a maioria dos profissionais chega à época da aposentadoria sem usufruir desta licença. Vale ressaltar que eles não



Aposentados chegaram a fazer uma vigília no próprio Palácio do Buriti

fizeram a opção de guardar essas licenças à Secretaria de Educação, mas a própria SEE não autorizou o gozo das mesmas.

Com o objetivo de sanar esse problema, criou-se a Lei nº 840/2011, que deixa bem claro que quando o professor(a) e orientador(a) educacional se aposenta sem ter gozado essa licença, a mesma se transforma em pecúnia e o GDF tem até 60 dias para realizar o pagamento. Até 2014 a lei foi cumprida. Desde então, o governador Rollemberg

desrespeita e não cumpre a Lei, gerando transtorno para os(as) aposentados(as), que não recebem o que lhes é de direito.



CLÍNICA DO TRABALHO DO SINPRO: DISPOSITIVO PARA O CUIDADO DA SAÚDE PSÍQUICA DOS PROFESSORES

ESPAÇO TEM O OBJETIVO DE ACOLHER PROFESSORES(AS) E ORIENTADORES(AS) EM SOFRIMENTO POR CAUSAS RELACIONADAS AO TRABALHO

Os problemas de saúde são os principais fatores de afastamento do(a) professor(a) e orientador(a) educacional da sala de aula. Uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) mostra a Secretaria de Educação do Distrito Federal como o órgão com o maior percentual de servidores públicos afastados por doenças.

Os motivos para este adoecimento são variados, tendo como exemplos o número de estudantes em sala de aula; salários baixos; difíceis condições de trabalho; a violência nas escolas; a falta de tempo para planejar aulas e corrigir provas, dentre outras razões que fazem com que os profissionais ocupem

o tempo livre e os finais de semana com trabalho, condições que levam às doenças.

O Consad ainda revela que no DF, líder no índice de afastamento por doenças, os problemas são causados principalmente por transtornos mentais e comportamentais, como depressão, ataques de ansiedade, fobias e distúrbios do sono. A Secretaria de Assuntos de Saúde do Trabalhador do Sinpro estima que esses atestados representem, hoje, 70% dos afastamentos.

É nesse sentido que o Sinpro, por meio da Secretaria para Assuntos de Saúde, realiza desde 2009, a Clínica do Trabalho. Este espaço de escuta psicológica em grupo acontece desde 2009, com o intuito de

acolher professores(as) e orientadores(as) que estão em sofrimento por causas relacionadas ao trabalho e investigar a relação do sofrimento do indivíduo com a atividade laboral.

Além da possibilidade de reflexão ética, o grupo permite que se pense nas condições de trabalho, na crise do coletivo e trabalha na ideia da diminuição da sensação de desamparo. Nesse momento, o servidor pode expressar suas sensações, sentimentos, impressões e percepções relacionadas aos pares, superiores, subordinados, tarefas realizadas, resultados e sentido do que fazem.

A escuta é realizada por um psicólogo, que acolhe as opiniões, impressões e sensações dos(as) trabalha-

dores(as) em relação aos aspectos que fazem parte da vida da organização, identificando fatores que geram sofrimento físico e psíquico.

Segundo o coordenador da Secretaria de Saúde do Sinpro, Manoel Alves, o trabalho se constitui como um organizador psíquico relevante e mantém vinculada a relação sofrimento-sobrevivência-possibilidade de satisfação. “A escuta clínica torna-se fundamental para ressignificação das relações estabelecidas com o trabalho e o sofrimento, uma vez que este contribui para o desenvolvimento da angústia, frustrações, depressão, quadros maníacos e outros que vêm sendo discutidos no âmbito da psicopatologia relativa ao trabalho, bem como no

debate das consequências do assédio moral e da violência do trabalho em geral”, ressalta.

Com esta preocupação o Sinpro espera atuar na prevenção dos adoecimentos. “Dessa forma é possível a construção de estratégias com base nas vivências reais do labor e a ressignificação do sofrimento, atribuindo um novo sentido ao trabalho e, como consequência, oportunizar espaço para novas ações no ambiente institucional”, argumenta o diretor do Sinpro Alberto de Oliveira.

Os horários disponíveis são às quintas das 9h às 10h e das 10h30 às 11h30, para professores e orientadores em sofrimento, e às quintas das 13h30 às 14h30 para os readaptados.



Rede pública de ensino do Distrito Federal tem um déficit de 2.200 professores(as) efetivos(as) e a tendência é aumentar

EDUCAÇÃO PÚBLICA SOFRE COM A FALTA DE PROFESSORES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL DEIXA DÉFICIT DE PROFISSIONAIS AUMENTAR COM O OBJETIVO DE ENFRAQUECER A CATEGORIA E PRIVATIZAR A EDUCAÇÃO

A rede pública de ensino do Distrito Federal conclui o primeiro semestre de 2017 com déficit de mais de dois mil professores efetivos. A informação é de Samuel Fernandes, diretor de Imprensa do Sinpro-DF, que defende a nomeação imediata dos aprovados no concurso de 2013 e a homologação do concurso de 2016, com nomeação dos aprovados urgentemente.

A situação é tão séria que o número de aposentadorias tem sido superior ao de nomeações. De janeiro de 2015 a julho de 2017, o governo Rollemberg (PSB) nomeou 651 do concurso de 2013. Mas houve quase

2.800 aposentadorias desde então. E há vacâncias decorrentes de falecimentos e exonerações.

Em 2015, houve 693 aposentadorias; em 2016, 1.177; em 2017, só até junho, já há 869. As nomeações do Governo do Distrito Federal (GDF), por sua vez, estão muito aquém das necessidades da rede pública de ensino. Em 2015, nomeou 252 professores; em 2016, 159; e em 2017, 240. Apenas 651 nomeações de janeiro de 2015 até julho de 2017.

“Faltam 2.200 professores e a tendência é aumentar, haja vista as vacâncias previstas em leis

que ocorrerão nos próximos meses”, afirma o diretor. Ele diz que “se considerarmos os números do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), o

déficit de professores efetivos sobe para mais de oito mil.

Um estudo do TCDF, realizado em 2015, dá conta de que, naquele ano, faltavam oito mil professores. Desde então, as vagas destinadas a efetivos só tem aumentado e a nomeação de aprovados, reduzida. “A situação só piora. É desproporcional. Quem está ocupando essas vagas são os temporários e quando ele não convoca os orientadores – nomeou apenas cinco dos mais de mil aprovados – a vaga fica aberta porque não tem o temporário para substituí-los”, diz.

Para Fernandes, o GDF enrola a população, infringindo as leis para preencher as vacâncias de aposentadorias, falecimentos e exonerações com professores em regime de contratação temporária. E afirma que os professores do contrato temporário têm papel importante, porém, as vacâncias de aposentadorias, falecimentos e exonerações são destinadas a efetivos.

“Os temporários são funda-

mentais porque suprem vagas de diretor, vice-diretor, supervisores pedagógicos, coordenadores, professores em licença para tratamento de saúde, licença-maternidade, licença-prêmio e outros afastamentos temporários previstos em leis”, explica.

POR QUE O GOVERNO FAZ ISSO? – O diretor do Sinpro-DF assegura que isso acontece porque o governo é privatista e vê a educação pública como mercadoria. Acusa o governo do PSB de pôr em curso a política do Estado mínimo para entregar esse direito social às grandes corporações nacionais e multinacionais de ensino.

“Para Rollemberg, quanto menos o Estado oferecer serviços públicos, melhor. O método para acelerar esse processo é simples: primeiro, retira os recursos financeiros públicos dos serviços que o Estado tem de prestar e impõe outros tipos de sucateamento, como este, de não fazer concur-

sos e nem nomear quem está aprovado. Assim, inviabiliza o serviço para depois dizer que não presta e aí justificar a privatização”, alerta.

“É uma gestão que investe no enfraquecimento da nossa categoria porque só com o desmonte do nosso sindicato conseguirá privatizar a educação pública sem resistência e, assim, usar cada uma das mais de 30 mil vagas da educação pública para fazer clientelismo, nepotismo e outras práticas desonestas e ilegais comuns no neoliberalismo”, afirma o diretor

O diretor entende que a categoria deve se mobilizar e intensificar a participação nas atividades do sindicato. “O objetivo do governo neoliberal de Rollemberg é entregar a gestão das escolas públicas às Organizações Sociais (OS). No ano passado, ele tentou fechar oito escolas classes na Ceilândia e transformá-las em polos de educação infantil. O que ia acontecer? Iria entregar a administração desses polos às OS”, alerta.



ORIENTADOR EDUCACIONAL: ZELO PELA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

APESAR DE TODA IMPORTÂNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR, PROFISSIONAL SOFRE COM A FALTA DE COMPROMETIMENTO DO GOVERNO.
A CARÊNCIA NAS SALAS DE AULA É A MAIOR DELAS

Responsável por zelar pela formação dos estudantes como cidadãos, ajudar os(as) professores(as) a compreender o comportamento das crianças e cuidar das relações com a comunidade, o(a) orientador(a) educacional tem uma função de suma importância na escola. Ao lado do(a) professor(a), esse profissional tem a responsabilidade de cuidar de todo processo de aprendizagem e formação dos estudantes, por meio do auxílio ao docente. Enquanto o professor cumpre o currículo disciplinar, o orientador se preocupa com o currículo oculto, ou seja, os aspectos que as crianças aprendem na escola de forma não explícita: valores e a construção de relações interpessoais.

Muitas vezes, o orientador ultrapassa até mesmo os muros da escola, pois atua como uma ponte entre a instituição e a comunidade, entendendo a realidade dos estudantes, ouvindo o que eles têm a dizer, abrindo o diálogo entre suas expectativas e o planejamento escolar.

DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

Mesmo diante de tanta relevância, estes profissionais passam por diversas dificuldades no exercício de suas funções. A maior delas é com relação à carência de orientadores(as) na rede pública de ensino.

Segundo estudo realizado no Distrito Federal, aproximadamente 20% (111) das 657 escolas da rede não possuem orientador educacional, sendo que 63.978 estudantes se encontram totalmente privados da atuação destes profissionais. Dentre as 445 unidades escolares que possuem profissional orientador edu-



Sinpro realizou diversos atos reivindicando a nomeação de orientador(a) educacional. Mesmo diante do número insuficiente, Governo do Distrito Federal prometeu nomear, apenas, 40 dos 1.053 orientadores aprovados no concurso público de 2014

cacional, em 55,7% o quantitativo existente é inferior ao determinado pela Secretaria de Educação, havendo apenas 171 unidades escolares, cerca de 38%, cujo quantitativo de profissionais está alinhado. Das 113 unidades escolares que possuem turmas funcionando no turno noturno, cerca de 40% não possuem este profissional. Portanto, um déficit total de 316 orientadores na rede pública de ensino do DF.

Além disto, os orientadores apresentam situações de risco e vulnerabilidade, como, por exemplo, o desconhecimento por parte de diretores e coordenadores das escolas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De acordo com a legislação, os orientadores preci-

sam denunciar quando suspeitam de casos de abusos. Outro problema que enfrentam é o trabalho infantil, principalmente nas escolas localizadas no campo. “Mesmo diante de tudo isto, carregamos o desafio de produzir no estudante o desejo pelo aprendizado, já que alguns têm um histórico de problemas familiares, afetando diretamente seu rendimento escolar. A possibilidade de ajudar o aluno e os professores é um privilégio, já que contribuímos para a formação de paz dentro da escola”, analisa a orientadora da Escola Classe Córrego Barreiro do Gama, Marcela Vietes.

Outra dificuldade encontrada é com a falta de um local apropriado para ouvir os alunos. A deficiência afeta diretamente o desempenho

do orientador, que precisa de um espaço adequado para trabalhar.

NOMEAÇÕES JÁ!

O Sinpro tem realizado diversos atos e manifestações reivindicando a nomeação de orientadores para a rede pública. Desde a Portaria nº 32/2012, do GDF, há 525 vagas abertas de orientadores. Um estudo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, executado entre 2014 e 2015, sobre Gestão da Oferta de Profissionais do Magistério da Rede Pública de Ensino do DF, dá conta de que há uma carência de 20% de profissionais da área nas escolas públicas.

Mesmo diante deste cenário, o governo prometeu nomear 40 dos 1.053 orientadores aprovados no concurso de 2014, que ainda estão no

banco de reserva, número insuficiente para a necessidade. “Hoje temos uma carência de mais de 500 orientadores na rede. Queremos a contratação imediata para que possamos alcançar o número previsto no Plano de Carreira, que são 1.200 profissionais. Algumas escolas nem possuem orientador(a). Nas outras, os que têm ficam sobrecarregados e adoecem”, afirma Meg Guimarães, diretora do Sinpro.



FALTA DE COMPROMETIMENTO E DE RECURSOS EMPERRAM PLANOS DE EDUCAÇÃO

JÚLIO BARROS, DIRETOR DO SINPRO, APONTA QUE APESAR DA APROVAÇÃO DO PNE E DO PDE, AINDA HÁ MUITO O QUE SE FAZER POR PARTE DOS GOVERNOS FEDERAL E DISTRITAL. AMBOS NÃO DEMONSTRAM EMPENHO NO CUMPRIMENTO DAS METAS

No momento em que o Plano Nacional de Educação completa 3 anos e o Plano Distrital de Educação chega ao seu segundo ano de existência, o professor Júlio Barros comenta como está a implementação de ambos e as notícias não são boas. Na esfera nacional, após o golpe a Educação deixou de ser prioridade. No DF, Rodrigo Rollemberg não demonstra nenhum empenho em levar o PDE até o chão da escola pública. Júlio é diretor do Sinpro, professor do CEF 25 de Ceilândia e representa o sindicato no Fórum Distrital de Educação (FDE) e o FDE na Comissão de Monitoramento e Avaliação do PDE.

O PNE completou 3 anos em junho. Qual o balanço?

Não dá para se fazer uma avaliação dos 3 anos do PNE sem levar em conta o golpe de Estado no Brasil. Com a instalação do governo golpista do Temer, criou-se um clima hostil ao funcionalismo público. Sendo mais específico, podemos afirmar que 8 metas têm prazos intermediários já vencidos. Apenas 6 dos 30 dispositivos relacionados com a educação básica que deveriam ter sido cumpridas até o ano de 2017 foram realizados total ou parcialmente. Além disso, 2 estados ainda não tem Planos Estaduais e 14 municípios não possuem Planos Municipais de Educação.

O PNE apresenta 14 metas voltadas para a ampliação da escolaridade. Há a característica de se garantir a universalização da educação básica, que previa seu alcance para 2016. Essas metas não foram cumpridas. Um ponto ainda a ser considerado é o que trata da valorização profissional. Basicamente quatro metas estão voltadas

para esse tópico tão fundamental, e são as que tratam da formação, da remuneração e da carreira. Também não foram cumpridas.

O governo Temer aprovou um conjunto de medidas nefastas ao servidor e à sociedade geral. Como elas refletem na execução ou não das metas do PNE?

Como parte do desmonte do Estado, as principais medidas dos últimos meses atingem em cheio o coração da educação pública brasileira. A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) representa um profundo retrocesso no financiamento da Educação e na valorização dos trabalhadores. Ela suspende as vinculações constitucionais, afetando as receitas educacionais da União, Estados, DF e Municípios. As metas do PNE podem se tornar uma obra de ficção. Essa emenda é o pior projeto do governo Temer. Limita pelos próximos 20 anos os aumentos dos gastos públicos. Com a EC 95, todas as despesas do ano, como reajuste salarial, pagamento de avanços na carreira, investimentos, entre outras ficaram limitadas ao percentual da inflação do ano anterior.

Faça uma avaliação mais específica do PDE e da atuação do governo Rollemberg com relação ao Plano

Estou muito convencido que o governo Rollemberg é inimigo da educação e de seus trabalhadores. Quando o governador sancionou o PDE no dia 14 de julho de 2015, ele fez 41 vetos. E olha que o projeto de lei foi de origem do poder executivo. Um exemplo de veto foi o parágrafo único do art. 9º, que dizia: “As metas e as estratégias do PDE



O Plano Distrital de Educação foi tema de audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Diretor do Sinpro Julio Barros fez parte da mesa, que debateu o tema com convidados e parlamentares

devem ser cumpridas de forma proporcional e progressiva em relação aos prazos para elas fixados”. Nós conseguimos (FDE + Sinpro) derubar a ampla maioria dos vetos na CLDF e o GDF entrou na Justiça pedindo a inconstitucionalidade de artigos do PDE com argumentos falsos, e que mantidos podem comprometer a execução do PDE.

A educação no governo Rollemberg (PSB) foi prioridade somente no discurso da campanha eleitoral. Sem priorizar o ensino público no DF, o governo permitiu a queda de 819 milhões no gasto total em educação entre 2015 e 2016 (queda percentual de 11,8%).

E em relação às creches (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos)?

Uma das maiores dívidas educacionais do DF encontra-se na creche. Os dados são cruéis. Da população de crianças de 0 a 3 anos (149.876/Censo de 2010), os dados de matrículas apontam somente 26.784 (Censo Escolar/2015), ou seja, uma demanda reprimida de

82,1%. Em relação à pré-escola, o atendimento de crianças de 4 e 5 anos não está funcionando devido a falta de recursos. O resultado é o GDF fazer propagandas enganosas dizendo que universalizou as matrículas de 4 a 5 anos.

Podemos enumerar outros pontos preocupantes pela qual passa a Educação?

Não existem laboratórios de ciências e de informática em todas as unidades de ensino; não houve construção de escolas para atender a demanda do ensino médio; a CODEPLAN não faz pesquisas referentes a pessoas com deficiências; pouquíssimos estudantes do ensino fundamental têm acesso aos serviços ofertados pelas escolas-parque; a SEE não garantiu a estrutura necessária para manutenção e ampliação da educação em tempo integral, preconizada no PDE. Estes são apenas alguns pontos de metas do PDE que não foram respeitadas. Poderíamos enumerar várias outras, exemplo

da falta de estímulo do GDF com relação à oferta do ensino fundamental para as populações do campo, e da Universidade Distrital que até hoje não saiu do papel.

Enfim, a situação no Brasil e no DF é similar, pois possui a triste tradição de transformar muitas de suas leis em letra morta. O PNE e o PDE deveriam orientar as leis orçamentárias dos poderes executivos e não o contrário. Assim, para que os planos alcancem suas metas, é preciso assegurar recursos financeiros na medida necessária, invertendo a lógica atual, que condiciona o investimento na educação às limitações das verbas disponíveis “no caixa” dos governos.



ROLLEMBERG ALCANÇA QUASE 70% DE REJEIÇÃO

PASSADOS QUASE 1.000 DIAS À FRENTE DO GDF, GOVERNADOR ACUMULA UM HISTÓRICO DE DESCUMPRIMENTO DE LEIS, PARALISA INVESTIMENTOS PÚBLICOS E DÁ PREJUÍZOS À CLASSE TRABALHADORA. RESULTADO É VISTO NAS RUAS, ONDE PESQUISA APONTA QUEDA AGENTUADA DE POPULARIDADE

“A cidade está destrocada. É uma crise sem precedentes. Um quadro lamentável e visível a olho nu, com o maior desequilíbrio financeiro da história”. A frase, perfeitamente adequada aos dias de hoje e que passa pela cabeça de boa parte dos brasilienses, foi dita por Rodrigo Rollemberg (PSB) quando assumiu o Governo do Distrito Federal, em 1º de janeiro de 2015. Além disso, o governador recém-empossado garantiu “ter a educação como prioridade”.

Em pleno terceiro ano de mandato, Rollemberg mantém o discurso de “herança maldita” do governo passado e paralisa os investimentos públicos de que o DF necessita, alegando não haver dinheiro para isso. “A eterna carência é a palavra-chave que o governador usa para descumprir leis e acordos, prejudicando não apenas os servidores públicos, mas comprometendo os serviços que deveriam estar plenamente à disposição da sociedade”, adverte o coordenador de Imprensa do Sinpro, Cláudio Antunes.

De acordo com o dirigente, a insistência em um conceito equivocado de gestão tem trazido uma

série de problemas “Faltam ao governador gestão e humildade para reconhecer os graves erros. O governo continua teimoso. Insiste e não abre mão”, disse. Cláudio Antunes refere-se ao conceito de estado mínimo que Rollemberg tenta implantar no DF desde sua posse, passando pelas retiradas de benefícios e tentativas de derrubadas de direitos duramente conquistados pelo funcionalismo local.

A relação de Rollemberg com os servidores públicos é um capítulo à parte e merece atenção. Em um retrospecto rápido, o governador se negou a pagar as parcelas de reajuste salarial dos servidores de 32 categorias, garantidos em lei, além de outros benefícios, dando um calote histórico no funcionalismo. Como se isso não bastasse, criou falsas expectativas nos servidores e mentiu apenas para pôr fim às greves desses trabalhadores. Essas atitudes fazem parte de uma enorme lista de ações autoritárias e arbitrarias que o atual governo vem apresentando.

“Professor na rua, Rollemberg, a culpa é sua!” - Rollemberg vem categoricamente descumprindo,

desde o início de seu governo, vários dispositivos legais. Entre eles, os relacionados ao Plano Distrital de Educação, aos últimos reajustes conquistados pela categoria na greve de 2013 sobre a tabela salarial (Lei nº. 5.105/2013), auxílio-alimentação (Lei nº. 5.108/2013), entre outros.

A conta sobra até para profissionais aposentados, que têm que recorrer constantemente a mobilizações para receber o pagamento das licenças-prêmio convertidas em pecúnia e evitar o calote do GDF.

Logo no início da gestão, em 2015, o governador atrasou o primeiro pagamento do ano e alterou o calendário escolar de forma unilateral e diminuiu o recesso de julho. Ainda na linha de ataques, parcelou o 13º salário dos servidores que fizeram aniversário em dezembro.

A insistente postura de desconsideração com o Magistério Público levou a categoria a deflagrar greve em 2015. Policiais militares entraram em confronto com a categoria no Eixão Sul e pelo menos quatro professores foram presos durante a manifestação, que envolveu bomba, spray de pimenta e tiros com bala de borracha.

Entre março e abril de 2017,

novamente a categoria paralisou as atividades por quase um mês, reivindicando seus direitos. Rollemberg dizia na mídia que desconhecia qualquer mobilização e não apontava soluções para o impasse. Ao contrário, as propostas apresentadas pelo governo, tanto em 2015 quanto em 2017, foram tímidas e não dialogaram com as principais reivindicações dos docentes.

SUCATEAMENTO - Por trás daquilo que foi rotulado como “choque de gestão”, o governo Rollemberg vai na contramão do esperado para que a educação pública no DF alcance patamares aceitáveis, quando falamos em qualidade do ensino. Levantamento realizado pelo gabinete do deputado distrital Wasny de Roure (PT) mostra que, entre 2015 e 2016, houve queda de R\$ 819 milhões nos investimentos em educação. De acordo com o parlamentar, o Palácio do Buriti empenhou e liquidou R\$ 6,8 bilhões para pagamento de pessoal, custeio, manutenção e investimentos na rede pública ao longo de 2015.

O Sinpro tem alertado à sociedade e cobrado do GDF medidas

efetivas para manutenção, recuperação e evolução do sistema público de educação da Capital. Entraves burocráticos, aliados à opção política de Rollemberg, fazem com que o sistema educacional não avance, ou até mesmo piore. Exemplos disso não faltam. Não há contratação de professores na mesma velocidade em que ocorrem as aposentadorias, carência de orientadores educacionais e os recursos repassados pelo GDF via PDAF são insuficientes e espaçados demais para gerar autonomia financeira nas escolares.

COLHEITA - O fato é que, passados quase 1.000 dias de governo, Rollemberg vai colhendo aquilo que plantou. Segundo pesquisa do Instituto Exata de Opinião Pública realizada em junho de 2017, oito em cada dez brasilienses não votariam em uma candidatura de Rollemberg, ou seja, 83% dos brasilienses afirmaram não votar em Rollemberg de forma alguma. O descontentamento da população com o atual governador alcançou o inacreditável percentual de 87% no mês de junho.





VIII CONCURSO de Redação e Desenho

O mundo tem lugar para todos!

Este ano os(as) estudantes da rede pública terão como tema “O mundo tem lugar para todos”, onde poderão despertar o debate sobre o respeito, o combate à intolerância e sobre a importância de aceitar as diferenças

O combate a todo tipo de preconceito será a temática do **VIII Concurso de Redação e Desenho do Sinpro**. Com esta preocupação, os(as) estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal trabalharão o tema “O mundo tem lugar para todos”, onde poderão propor o debate sobre o respeito, o combate à intolerância e sobre a importância de aceitar as diferenças. Os(as) interessados devem acessar o site do sindicato para efetuar a inscrição, que já está disponível.

Nesta edição do concurso, a diretoria colegiada do Sinpro quer trazer a preocupação e as inquietações deste tema, que ainda hoje mostram ser uma realidade estrutural em nosso país. O preconceito, conceito pré-determinado sobre algum indivíduo ou grupo social, não resiste ou não deveria resistir a uma análise inteligente. Tal conduta acaba estimulando comportamentos, atitudes e pensamentos que agridem física e psicologicamente. Em contraponto, tem fomentado cada vez mais a luta por direitos humanos e pela diversidade sexual, contra a violência e o preconceito.

É neste contexto que os(as) estudantes inscritos este ano deverão apresentar redações ou

desenhos que remetam à discussão sobre, por exemplo, motivos, consequências e soluções para este problema, que nada mais é que o ato de julgar os valores e culturas com base nos padrões de uma ideologia própria e o fruto da não aceitação daquilo que é diferente. Dentre as inúmeras formas de violência, o preconceito é a pior delas, pois acarreta conflitos e segregação entre os grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, caracteriza-se como uma ameaça à convivência pacífica, principalmente em relação às minorias étnicas, na medida em que se transmite através de gerações.

As inscrições estão abertas para estudantes da Educação Infantil, de 4 e 5 anos de idade, até o Ensino Médio. As redações e os desenhos poderão ser encaminhados até o dia 20 de outubro à sede ou às subsedes ou, ainda, às escolas e deixadas à disposição dos diretores do sindicato, que irão buscá-las até a data limite. Cada participante deverá fazer sua inscrição no site do sindicato, porque será gerado um código de identificação, o qual deverá ser usado para preencher a Folha de Redação ou a Folha de Desenho. Essas folhas também serão disponibilizadas pelo Sinpro-DF.

Importante lembrar que nem a redação nem o desenho serão aceitos em outro tipo de folha.

Este ano o sindicato cria uma nova categoria, para atender uma solicitação feita pelos(as) professores(as) de arte. Esta nova categoria será experimental para que os alunos das séries finais dos ensinos fundamental e médio possam participar do concurso apresentando suas redações ou desenhos.

Os prêmios serão distribuídos para estudantes vencedores(as) e professores(as) ou orientadores(as) educacionais indicados(as) pelos(as) participantes. É importante observar que os(as) professores(as) que fazem parte da Comissão Julgadora não podem ser indicados(as) pelos(as) estudantes. Formada por professores(as) e orientadores(as) educacionais da rede pública de ensino, a Comissão receberá os trabalhos sem identificação da escola, do nome do estudante ou do professor que orientou o trabalho para garantir a transparência do processo.

Os(as) estudantes da Educação Infantil, do CEE e classes especiais, bem como os(as) matriculados(as) do 1º ao 3º ano do ensino fundamental/EJA expressarão sua opinião por meio de

desenho. Os(as) estudantes do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental/EJA e do Ensino Médio/EJA, por sua vez, discutirão a temática na forma de redação. As inscrições devem ser feitas via internet para que o(a) inscrito obtenha o código de participante, o qual será utilizado na Folha de Redação como único instrumento de identificação do trabalho.

O concurso é destinado aos(as) estudantes da rede pública, que poderão participar com apenas um trabalho. No entanto, professores(as) ou orientadores(as) educacionais poderão trabalhar com vários estudantes. Assim, o(a) mesmo(a) professor(a) poderá ser indicado(a) por vários(as) estudantes e, caso isso aconteça, poderá ser premiado mais de uma vez.

O Concurso de Redação do Sinpro-DF faz parte da Campanha contra a Violência nas Escolas, uma iniciativa do sindicato, adotada em 2008, para ensinar, entre os(as) estudantes da rede pública de ensino, a reflexão sobre as causas, as consequências e as soluções para a violência – um problema que afeta toda a sociedade.

Para mais esclarecimentos, veja o Regulamento do concurso no site www.sinprodf.org.br ou pelo telefone 3343-4236.

A HISTÓRIA DE UM SUPER-HERÓI BRASILIENSE QUE VIROU PROJETO PEDAGÓGICO

PROJETO VIVÊNCIAS PROMOVE MULTIDISCIPLINARIDADE, INTERATIVIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE HÁ MAIS DE DEZ ANOS E TEM COMO OBJETIVO LEVAR AS CRIANÇAS A PENSAREM EM COMO EVITAR O DESPERDÍCIO, SOBRETUDO O DE ÁGUA



Estudantes da Escola Classe 04 do Cruzeiro Novo se emocionaram com a presença do Dinâmico R. Projeto pedagógico promove interatividade e interdisciplinaridade previstas no currículo



Na primeira semana de maio, a euforia tomou conta dos(as) estudantes da Escola Classe 04 (EC04), do Cruzeiro Novo. Dinâmico R, o super-herói do Cruzeiro, apareceu na escola em carne e osso e trouxe consigo um dos momentos mais emocionantes que a escola já viveu nos últimos tempos. O burburinho começou quando os(as) 340 estudantes do 1º ao 5º Ano, com idades entre 4 e 11 anos e distribuídos nos turnos matutino e vespertino, perceberam o vulto sorrateiro e rápido

passar pela janela das salas de aula. Daí em diante, as aulas deram lugar à correria, ao falatório, à gritaria e à emoção. Por muitos anos as crianças terão assunto para contar e, dentre eles, o de que viram, pessoalmente, um super-herói.

Uma estudante de 4 anos, da Cidade Estrutural, pediu, aos prantos, para abraçá-lo e por um autógrafo. “Desci do prédio e quando cheguei à escola, para minha surpresa, ela [a estudante de 4 anos] estava chorando muito. Tremia.

Eu a abracei e peguei no colo. Foi muito tocante”, relata Fábio da Silva, professor de artes do CEM Elefante Branco, do CEM 02 do Cruzeiro e diretor de teatro.

Há mais de duas décadas Fábio participa da produção teatral relacionada ao Dinâmico R. Interpretou e dirigiu peças encenadas por estudantes nas escolas em que deu aula e participou de outras produções relacionadas ao super-herói. Juntamente com Rafael Fernandes de Souza, professor de história do CEM 02 do Cruzeiro e criador do personagem, ele ajudou a transformar o super-herói em projeto pedagógico.

Todavia, dedicados a outras atividades, arquivaram o super-herói. Este ano, ele ressurgiu na EC 04. A escola foi transformada em palco para Dinâmico R, “o super-herói do Cruzeiro” ou “o cara do quinto andar”, aterrissar e integrar o Projeto Vivências, levar as crianças ao delírio e ajudar professores(as) e diretoria a promoverem a multidisciplinaridade, interatividade e interdisciplinaridade previstas no currículo.

Esse trabalho produzido em mais de três décadas foi exposto na EC 04, em abril, como parte do “Vivências”, cujo subtema de 2017 é “Somos todos super-heróis: vamos combater o desperdício”. Houve também uma palestra, “na qual pude mostrar que criei Dinâmico R ainda criança e que, como eles, estudava numa escola pública. Falei sobre todos poderem desenvolver

ideias e habilidades como essa, que fazem parte do imaginário de cada um”, contou Rafael.

VIVÊNCIAS - Trata-se de um projeto em curso na EC 04 há mais de 10 anos, criado pela diretora Rivânia Lima de Oliveira, que se aposentou em 2016. Foi implantado para ser o eixo, orientar e promover o Projeto Político Pedagógico da escola. Prossegue com a atual diretora, Simone Alves Cardoso Martins, e a vice-diretora, Graziella Hott do Amaral. Com o subtema deste ano, elas têm levado as crianças a pensarem em como evitar o desperdício, sobretudo o de água.

“A gente trabalha os super-heróis com a ideia de que “somos todos super-heróis”, inicialmente, mos-

A gente, dentre outros fatores, viabiliza a construção livre e criativa de toda a comunidade escolar”

Regina Célia, diretora do Sinpro

trando as características da personagem da fantasia. Depois, o projeto trabalha isso na vida real, com simulações dos bombeiros, e de outros personagens reais, do dia a dia, como policiais, enfermeiros, socorristas, na escola”, informa a diretora.

Com Dinâmico R, mostramos o lado da fantasia, o fictício, que ninguém pode imitar na ação de voar, mas pode imitá-la na atitude mental de ser bom e desejar o bem, e no comportamento, agindo com amabilidade, companheirismo, responsabilidade, honestidade, fraternidade, cooperação, não discriminação, não violência, tolerância, ética, respeito, entre outros valores que temos de trabalhar no currículo que

transformam a sociedade em lugar de justiça e paz.

A diretora explicou que “o projeto trouxe o tema do super-herói para mostrar, aos estudantes e também à comunidade escolar, que todos podem ser super-herói e super-heroínas e que, mesmo sendo criança, pode mudar a realidade para melhor. Não é somente o super-herói e aquela pessoa da fantasia que a criança imagina ter poderes que está pronta para realizar o sonho, para ajudar, para defender alguém”, afirma.

Graziella Hott, vice-diretora, complementa: “Essa é a primeira parte do projeto, que trata de conhecer o que é um super-herói. Fizemos o painel com os super do bem e os super do mal com indagações sobre o que ele defenderia, que tipo de mal quer destruir, e o que defende. Na segunda parte mostramos que todos(as) podem ser também super-heróis”, explica.

Regina Célia Pinheiro, diretora de Política Educacional do Sinpro-DF, vê os dois projetos como fruto da liberdade de cátedra que existe hoje nas escolas. “Não podemos deixar de citar a importância da gestão democrática nesse processo de construção de Projetos Políticos Pedagógicos”, comenta.

Para ela, “a gestão, dentre outros fatores, viabiliza a construção livre e criativa de toda a comunidade escolar, enriquecendo e fortalecendo o desenvolvimento do(a) estudante, que envolve a interação dos conhecimentos, competências e motivações desse sujeito, trilhando, assim, o caminho para uma escola pública de qualidade, gratuita, socialmente referenciada, bandeira deste sindicato”, finaliza Regina.